



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

leiros, e por nós, fotografados. Nesta ocasião, tivemos a oportunidade de observar próximo ao leito da ferrovia de Carajás alguns locais alagados, propícios à proliferação de insetos, inclusive os anofelinos, transmissores da malária. Soube então, que se tratavam das "Caixas de Empréstimos", locais de onde foram retirados grandes quantidades de barro e laterita e que, de acordo com as recomendações da antropóloga Yara Ferraz, já deveriam ter sido recuperados, isto é, recobertos, evitando assim juntar água estagnada.

TAXA

Uma questão que deve ser estudada pela Funai, é a possibilidade de requerer que a Companhia Vale do Rio Doce, pague à Comunidade Indígena Parketejê, uma taxa permanente (uma forma de pedágio) pelos danos ecológicos que o ruído, a poluição e a trepidação do trem causarão à Reserva.

ENGEVIX

A Engevix S.A. vem realizando o "Inventário para a Usina Hidrelétrica de Marabá", integrante do complexo de Tucuruí. Na ocasião de nossa viagem, a antropóloga Yara Ferraz, obteve junto ao escritório da Engevix em Marabá, informação à respeito do trabalho sobre tipos de solos, que esta firma vem desenvolvendo na região. Para tanto, se faz necessário a perfuração de inúmeros poços e muitos deles serão no interior da Reserva inclusive



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

em áreas de caça e coleta.

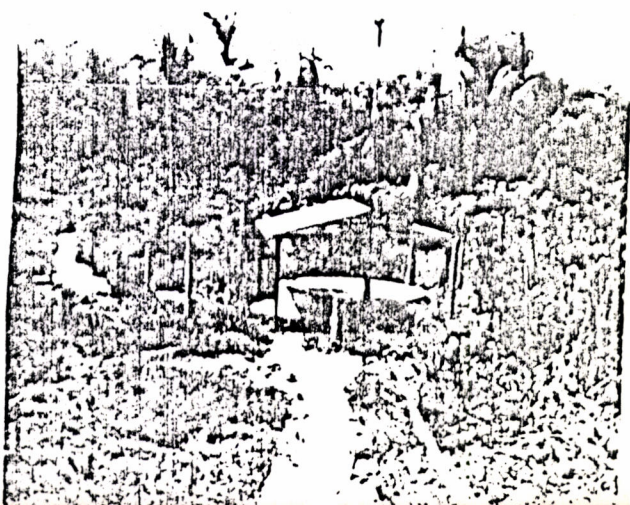
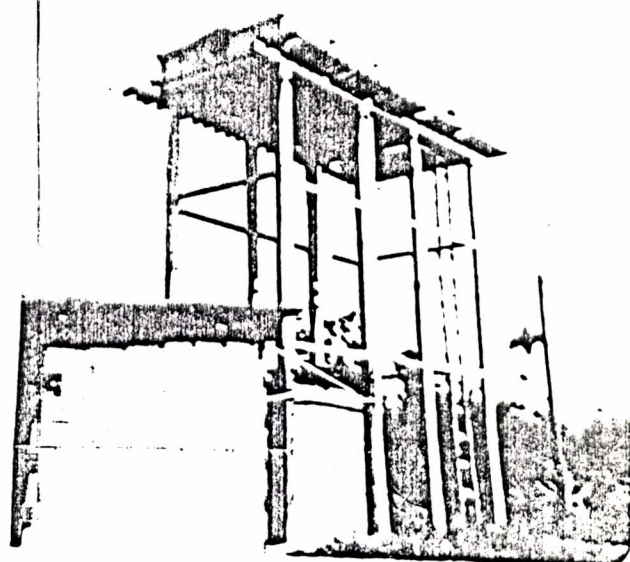
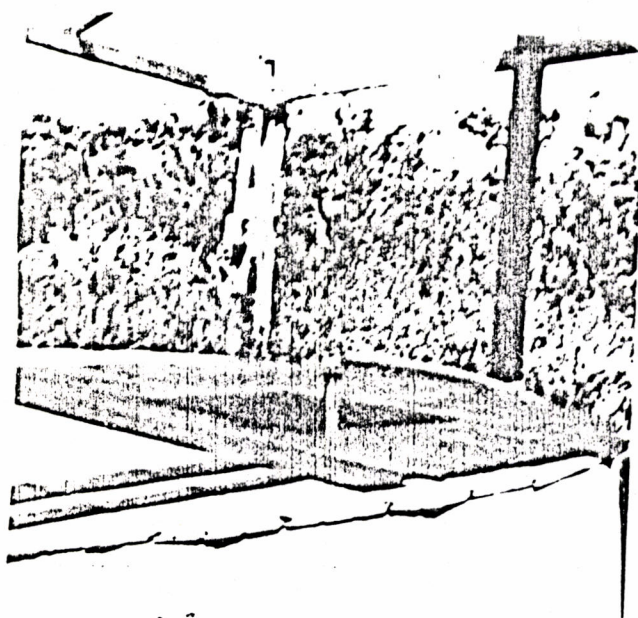
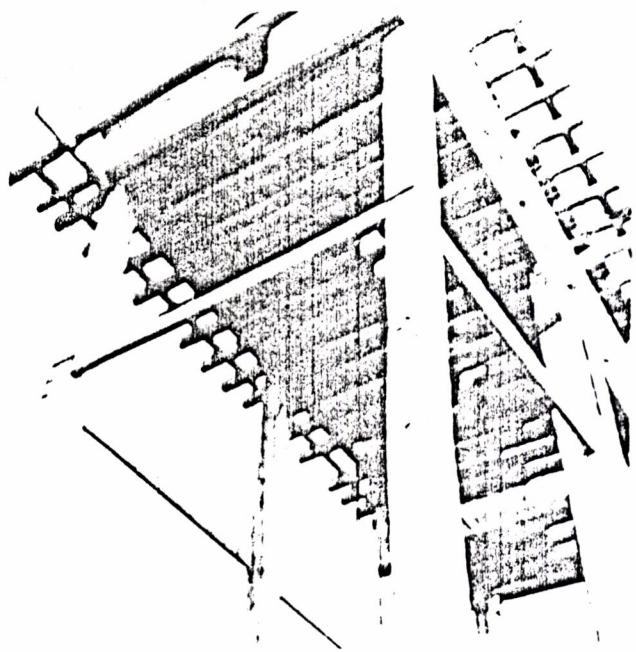
De acordo com as informações trazidas por Yara Ferraz, a Ungevix pretende agora iniciar ali, estudos sismográficos com pequenas explosões no seu interior. Será necessário portanto que a Funai proceda o acompanhamento formal e jurídico de todas as etapas desse trabalho, resguardando a comunidade indígena de qualquer prejuízo.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

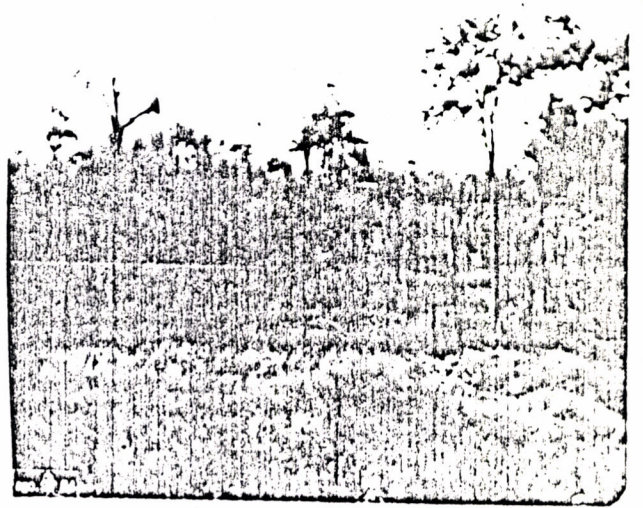
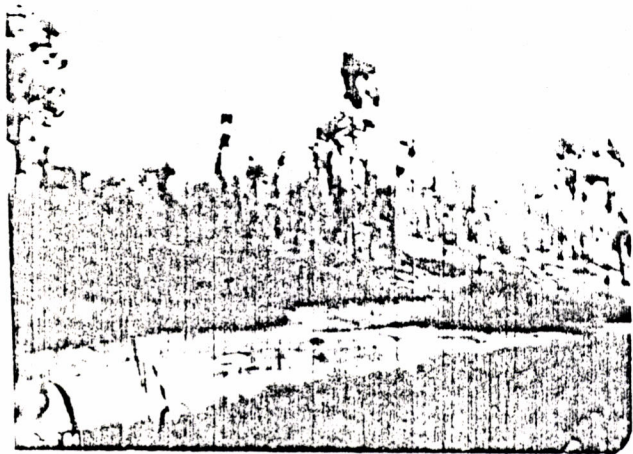
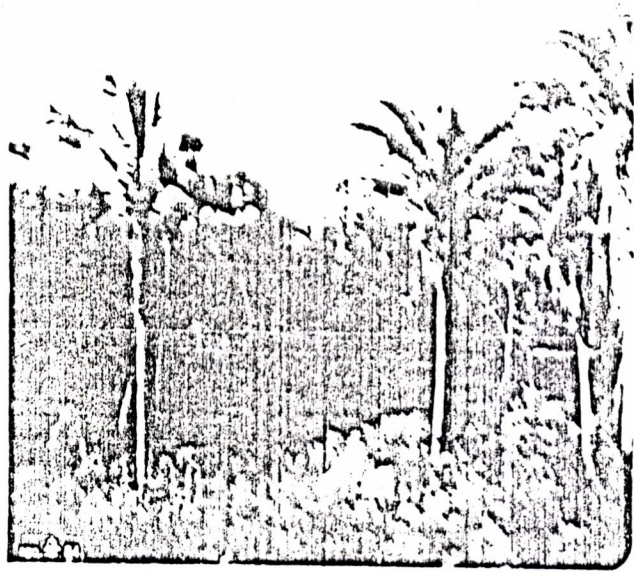
Em consequência do sistema de abastecimento de água, ter sido mal planejado, diariamente é consumido uma enorme quantidade de combustível, sem contudo oferecer um resultado satisfatório, pois as dez pequenas caixas d'água são insuficientes para acumular água para o consumo diário da aldeia e das Casas do Posto. Assim, apesar da água ser canalizada, ela só chega às torneiras enquanto o motor-gerador está ligado.

É necessário que se construa um grande reservatório, que tenha no mínimo capacidade para 40.000 litros e que seja abastecido por uma moto-bomba, que deve ser adquirida. As casas do Posto, principalmente a da enfermaria, devem dispor de caixas d'água individuais, com capacidade suficiente para o seu consumo diário.

Também existe problema de abastecimento de água, na Casa de Farinha, construída perto da roça do "Nego", e que não está funcionando ainda por esta razão. O poço foi construído por um trabalhador escolhido pela comunidade, que ficou de terminá-lo, mas ainda não concluiu o trabalho. (Ver fotografias em Anexo).



MAR MARIA - caixas d'água. e poço



MAR MARIA - desmatamento na área do GETAT e ferrovia



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

SAÚDE E SANEAMENTO

Resguardamo-nos de fazer observação sobre este item, pois os relatórios médicos, já devem ter sido encaminhados pelo Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho e provavelmente pelo médico da Funai, Dr. Fernando.

Só podemos acrescentar que a comunidade está satisfeita com o atendimento médico e que também, a enfermeira Helena é bem vista pelo Grupo. A enfermaria está equipada e bem provida de medicamentos (ver fotos).

Quanto ao atendimento odontológico a comunidade deseja que além do rotineiro que é feito na aldeia, haja possibilidade de se fazer um convênio em Marabá, para atendimentos de emergência. Existem planos para o funcionamento de um pequeno laboratório, que será utilizado principalmente para detectar casos de malária.

Seria interessante que se formassem monitores de enfermagem, escolhidos entre os elementos do grupo, que se mostrassem interessados.

EDUCAÇÃO

A educação em uma comunidade indígena deve ser compreendida dentro de uma perspectiva mais ampla, pois não significa apenas a manutenção de uma escola com equipamento didático e uma professora empenhada em exercer as suas funções de forma tradicional. Ela deve ser entendida a partir da realidade da comunidade.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

e que está sobretudo fragilizada pelas pressões violentas, que lhes tem sido impostas em todos os níveis, pela sociedade nacional, desde a perda de seus territórios, até a mudança em seus hábitos alimentares.

O programa educacional elaborado, deveria levar em conta também a necessidade de oferecer à comunidade uma orientação didática sobre o uso de todos os equipamentos, utensílios, máquinas e instalações que estão sendo introduzidas no grupo. Em Mãe Maria, por exemplo, os índios ao queimarem lixo, destroíram inadvertidamente os tubos de P.V.C., que fazem parte do abastecimento d'água.

Este programa seria desenvolvido não só pela professora, mas por todos aqueles que tem um contato mais próximo com a comunidade, como enfermeiro, monitores, Chefe de Posto, etc.

No caso de Mãe Maria, já está sendo elaborado com a colaboração da professora e lingüista Leopoldina Araújo, ligada a Universidade do Pará, um programa educacional que atende às peculiaridades do grupo, visa a recuperação do seu idioma, e da sua cultura tradicional.

A professora Leopoldina Araújo vem desenvolvendo um trabalho de pesquisa, junto ao Grupo, desde 1974, estando portanto apta para elaborar um projeto educacional com esta comunidade.

AGROPECUÁRIA E EXTRATIVISMO

Os Gavião programaram para o ano de 1984, a formação de grandes roçadas de arroz, milho, mandioca, num total aproximadamen



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

te de 145 ha. Este ano eles produziram grande quantidade de milho e cerca de 2.400 sacas de arroz, estocadas na CIBRAZEN. (ver fotografias em anexo).

No entanto os recursos alocados para esta atividade estão se mostrando insuficiente, necessitando portanto, que a comunidade reserve uma verba suplementar para não interromper as tarefas já iniciadas.

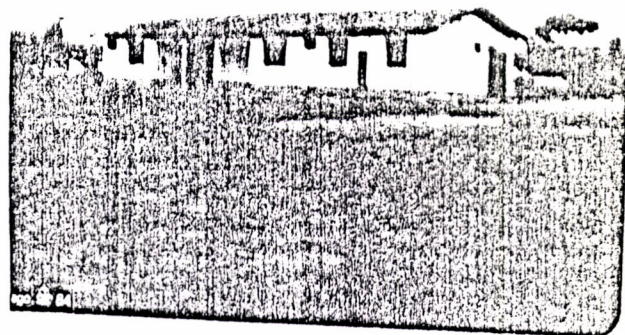
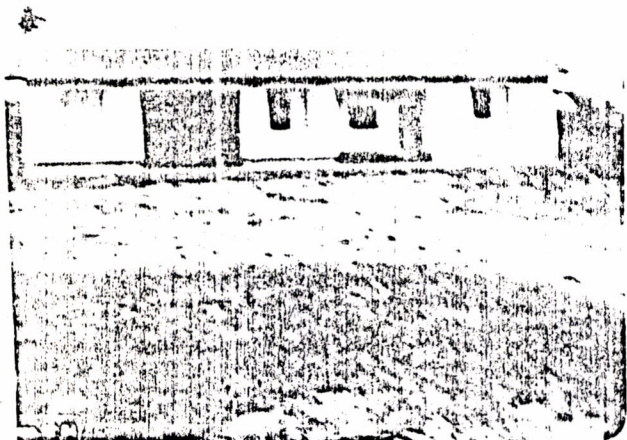
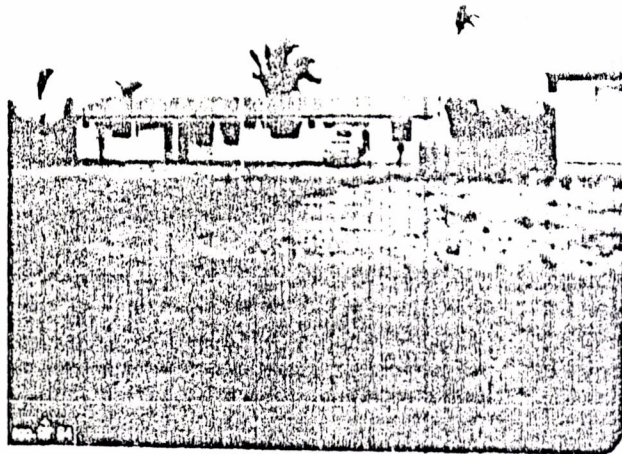
Esta reivindicação é urgente, pois como se sabe, as atividades agrícolas devem ser realizadas em época apropriada, caso contrário, serão inúteis e o prejuízo será grande. O elevado custo da mão-de-obra, é o principal responsável pela defasagem entre a programação orçamentária e a realidade da execução. A mão-de-obra vem encarecendo, na medida que o interesse pelo garimpo aumenta.

Pecuária: não tem ainda grande significado para a Comunidade, mas estão sendo formadas pastagens.

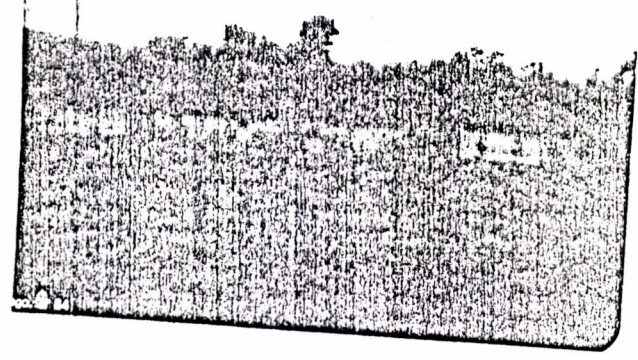
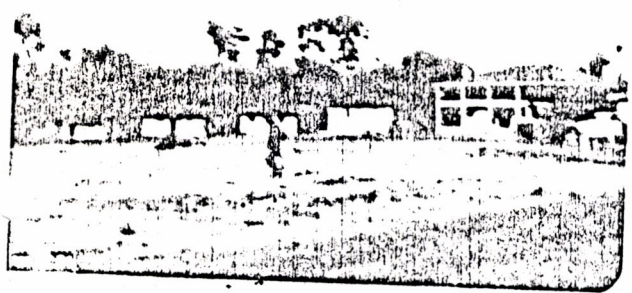
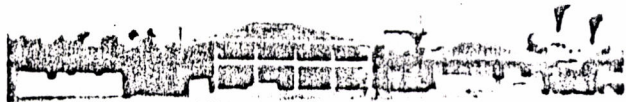
OBRAS

Como já mencionamos anteriormente, há necessidade urgente de se construir um reservatório de concreto com uma capacidade mínima de 40.000 litros.

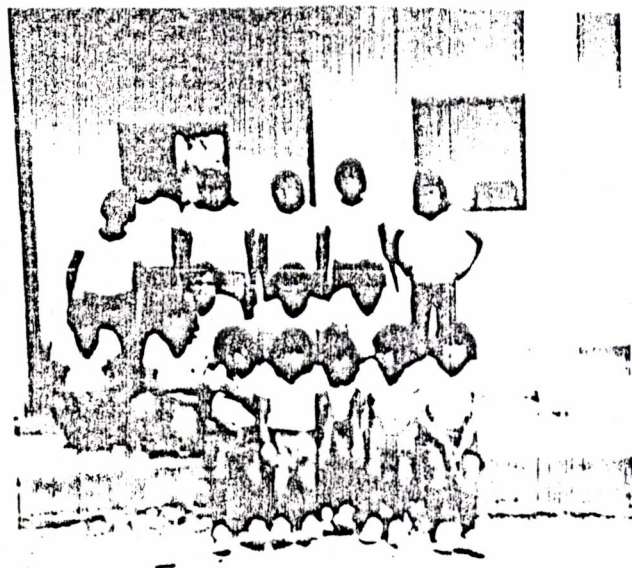
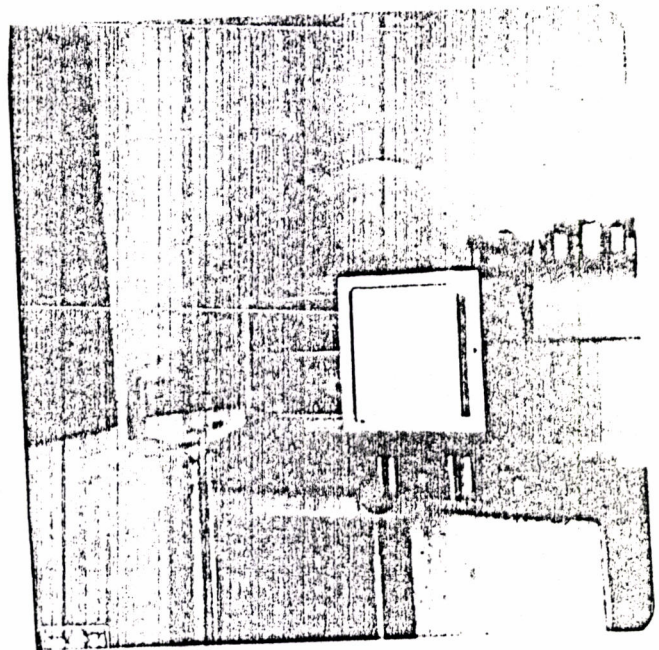
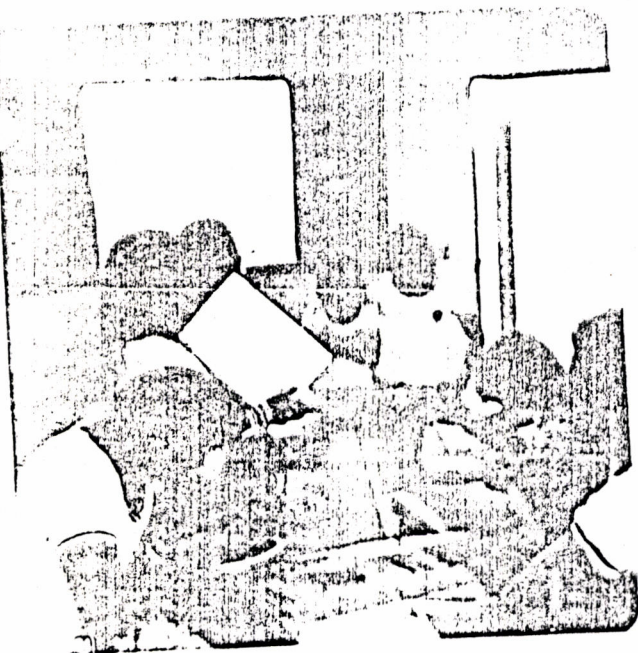
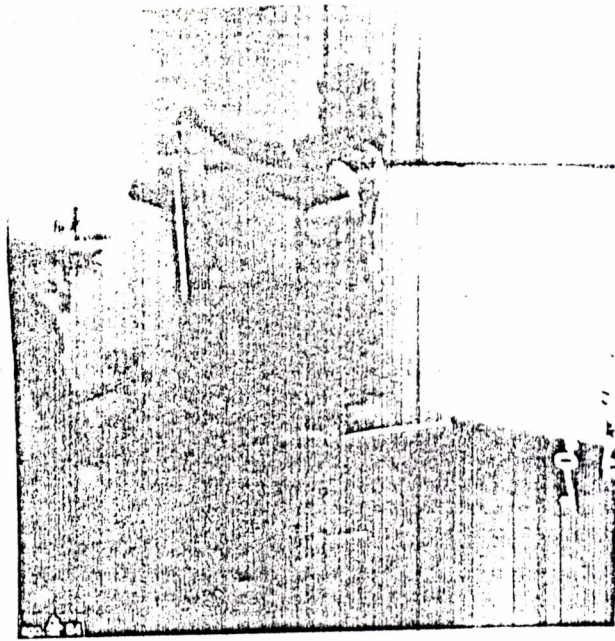
Outra obra que já está sendo iniciada pela comunidade, é a abertura de uma estrada, que entrará 30 km mais ou menos, a partir da rodovia PA-332 até uma colocação de castanha denominada "limpeza" Com a obra concluída, será mais fácil o acesso aos cas-



MAE MARIA : Escola, casa do Posto e enfermaria.



MAE MARIA - vista parcial da aldeia e casa do capitão.



MAR MARIA: Atividades da escola e interior da enfermaria.



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

No entanto, é necessário o trabalho de um tratorista com trator de esteira, e que, exige como forma de pagamento toda a ma deira de lei existente numa faixa de 100 metros, isto é, 50 me- tros para cada lado da nova estrada. Aqui caberia medida urgente, conseguir um trator de esteira, tomado de empréstimo ou alugado temporariamente para executar este trabalho para Comunidade. Não só se reduziriam os custos, mas principalmente se evitaria um gran de desmatamento na Reserva com perdas irreparáveis.

MANUTENÇÃO

A comunidade está requisitando uma verba suplementar para a compra de combustível. O problema se originou na redução de auxílio prestado pela Funai, que anteriormente fazia, inclusive de acordo com o Convênio, a manutenção dos postos e de seus equipamentos. Atualmente, tem sido o Convênio responsável pela manutenção de todos os Postos incluídos no Projeto de Apoio, reduzindo assim os recursos disponíveis.

Outra reivindicação do grupo, seria a construção de um depósito de óleo diesel com capacidade para 2000 litros, oferecendo assim com a estocagem uma redução de despesas.

EQUIPAMENTO DA C.V.R.D.

Foram solicitados pela Comunidade, para o ano de 1984, e ainda não tinham sido entregues, uma moto-serra, um gerador e um



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PESSOAL

Além do Chefe do Posto e da Professora, ambos funcionários da Funai, foram contratados pelo Projeto, uma enfermeira, uma professora, um técnico agrícola e ainda um motorista e um trabalhador braçal, estes dois são membros da comunidade. A enfermeira, como já dissemos é bem aceita pela comunidade, assim como o Técnico-agrícola que vem se entrosando bem, participando das atividades do grupo.

De qualquer modo, o ideal seria que os elementos do grupo indígena, os substituíssem gradativamente em suas atividades.

RECOMENDAÇÕES

- 1) Constituição de um Grupo de Trabalho composto de técnicos da Funai e do GETAT, (atendendo a sugestão do Senhor Ministro Mário Andreazza) com o objetivo de elucidar as dúvidas quanto à demarcação, objetivando a transferência dos posseiros assentados pelo GETAT e a resolução do caso dos Queiroz.
- 2) Sinalização e vigilância nos limites de Reserva, ao longo da Rodovia e especialmente da Ferrovia, com a colocação de marcos, avisos e até mesmo de guaritas.
- 3) Reaviventaçãõ anual dos piques demarcatórios.
- 4) Sobrevõos mensais para controle de possíveis invasões.
- 5) Pagamento de uma taxa (indenizaçãõ permanente) por parte do C.V.R.D. pelos danos causados com a utilizaçãõ de Ferrovia.



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

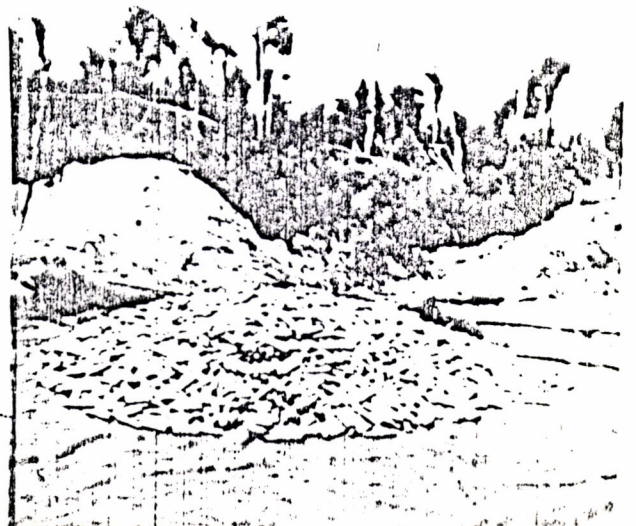
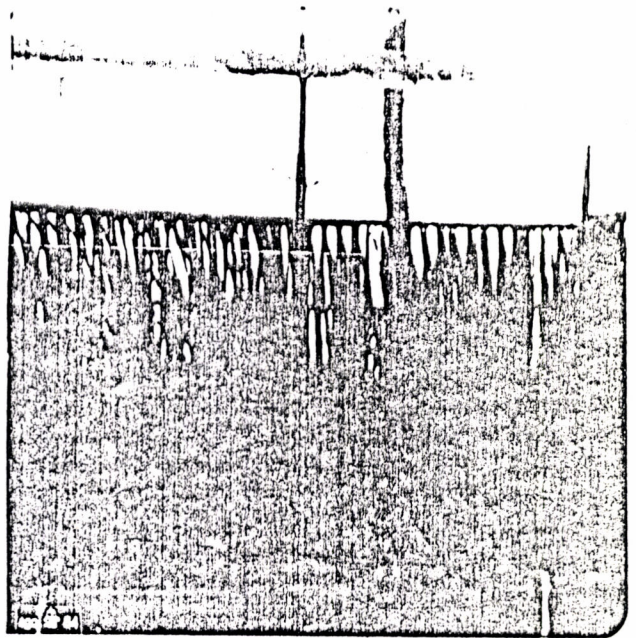
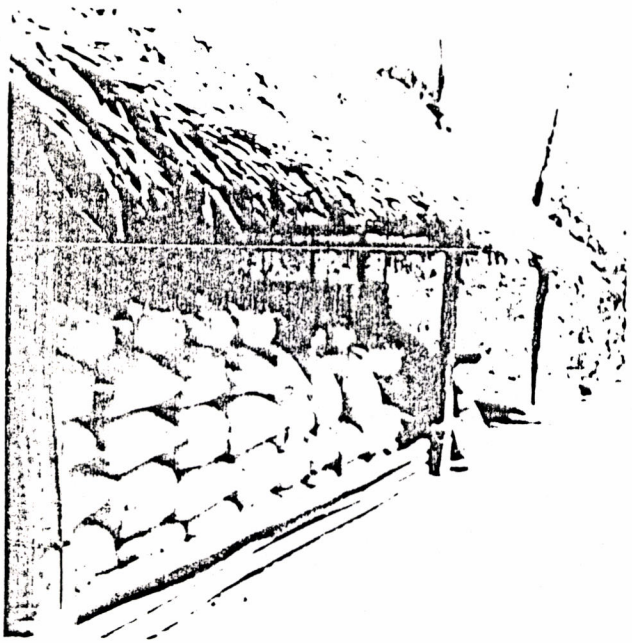
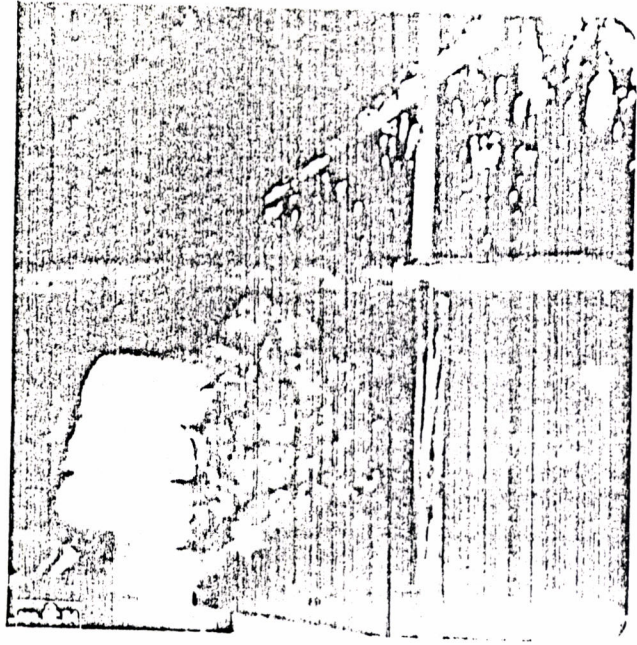
- 6) Normatizar a ação da ENGEVIX que pretende realizar estudo de so los dentro da Reserva, em áreas de caça e coleta.
- 7) Recuperação das "Caixas de Empréstimos"
- 8) Construção de um reservatório de água com dimensões adequadas às necessidades da comunidade.
- 9) Instalação de caixas d'água na enfermaria, escola, posto e casa de Farinha.
- 10) Elaboração de programa educacional bilingüe com a colaboração da Prof. Leopoldina Araújo, da UFPA.
- 11) Programa de educação e orientação para a utilização dos equipamentos instalados na Reserva.
- 12) Formação de monitoras de saúde e de ensino.
- 13) Complementação urgente de verba para as atividades agrícolas pro gramadas para 1984.
- 14) Auxílio na abertura da estrada através de recursos do Projeto, evitando o desmatamento que seria realizado para pagamento da tarefa.
- 15) Verba suplementar para combustível.
- 16) Gestão junto à ELETRONORTE para a instalação de transformadores e rede de baixa tensão, para fornecimento de energia à Comunidade.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Funai/BSB/2507/70
Funai/BSB/003675/77
Funai/BSB/3646/80
Funai/BSB/3758/79
Funai/BSB/3236/80
Funai/BSB/1976/82
Funai/BSB/3974/79
Funai/BSB/3218/75
Funai/BSB/05/784/76.



MAR MARIA - Colheita de milho.

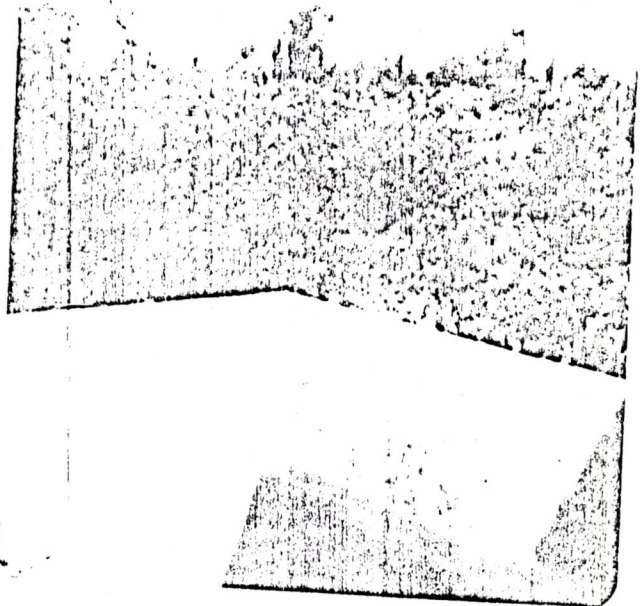
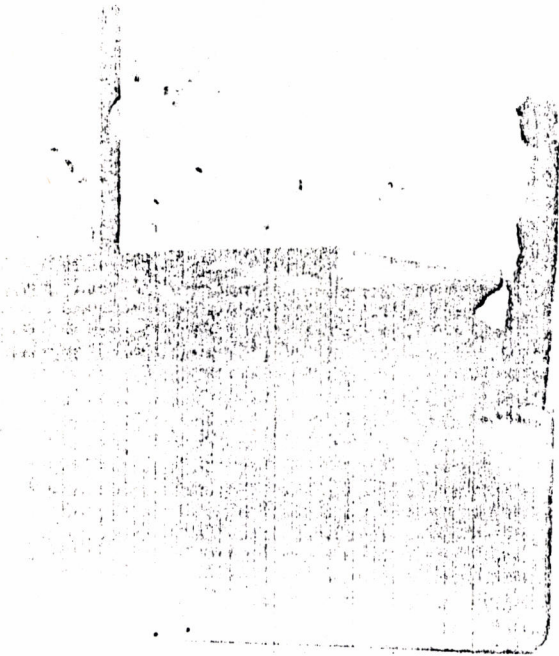
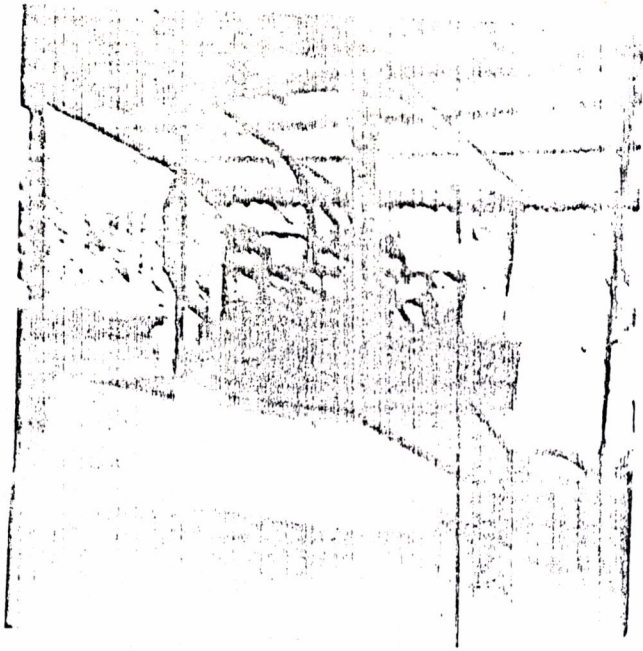
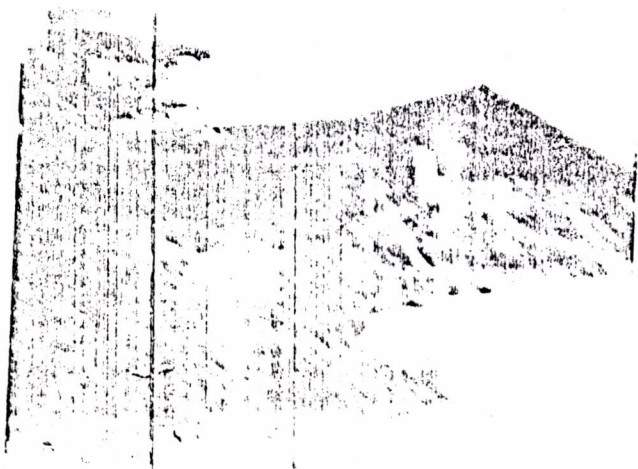


Fig. 17: Casa de farinha.





MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

RESERVA DE SORORÓ

A segunda etapa de nosso trabalho se desenvolveu no Porto Indígena Sororó, localizado no município de São João do Araguaia.

Lá, a nossa estadia esteve um tanto prejudicada, em consequência do trágico acidente ocorrido em julho, que vitimou mortalmente uma das figuras mais representativas da comunidade Suruí, o líder Sarawapiti e que envolveu o chefe do P.I. Sororó pois era ele quem conduzia, embora sem habilitação profissional, o automóvel, que, segundo as informações colhidas, estava sem freios. É interessante observar que na Reserva, há um motorista contratado pelo Projeto, o que torna mais inexplicável portanto, o fato do carro do Posto ter sido dirigido por pessoa sem qualificação para tal mister. O chefe do Posto se encontrava foragido e a comunidade emocionalmente abalada com a morte de Sarawapiti havia se retirado para a mata, retornando à nossa chegada.

Das nossas observações e das conversas que mantivemos individual ou coletivamente, alguns assuntos se colocaram como os mais relevantes para o grupo, o problema da terra, da água, mora dia e subsistência do grupo.

TERRA

Indubitavelmente entre todos os problemas que afetam a comunidade, o de maior importância é o da terra, que se torna ur-



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

que estão se beneficiando com a demarcação da Reserva feita em 1977, estão requerendo títulos definitivos, inclusive a GETAT, que procura na região, terras devolutas para o assentamento de posseiros.

Como constatamos, há entre a comunidade uma insatisfação geral em relação à demarcação feita, já que subtraída aos índios grande parte de suas terras ou, pelo menos, aquelas que são consideradas as mais importantes para a sua sobrevivência.

Procuramos então documentar as reivindicações dos índios, através de uma conversa gravada em fita e das indicações que fomos fazendo simultaneamente em um mapa (ambos anexados ao nosso relatório).

Aliás, a prioridade do assunto terra, foi estabelecida de forma muito objetiva pelos próprios índios, que inquiridos sobre o que gostariam de obter com o Projeto, responderam claramente: "... tem muita coisa importante, mas pelo menos a terra, o presidente garantindo que vai aumentar, o resto das coisas a gente vai fazer com mais calma... - Sobre a terra que ficou fora, observaram: " a terra que nós ocupava ... nós num tamo querendo tirar de ninguém, voltar o que era nosso, si nós tivesse tomando terra dos outros, era outra coisa..." ... fizeram a demarcação, mas ficou muita coisa fora da área... até o barro que a gente fazia panelas, fazia as coisinhas da gente, ficou fora ... na Aldeinha ... e adiante da Aldeinha - ... Ficou muita morada dos antigos ... aonde muita gente nasceu... a morada chamada Lagoa que agora tá sendo do Doutor Demost (Demóstenes)... ficou muita castanha fora ... lá pro lado do Brãga, do Almir Morais ...uma par-



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

te da Capoeira, no lugar que a gente ia levar o Edimar pra vê (Chefe do Posto) tamém Piraheté, Coqueiro... - Os moradores que tem agora começou de 1960, pra cá... antes num tinha ninguém, num pedaço que era nosso..."

Ainda sobre a demarcação acrescentaram: - "A Funai num veio para receber esse negócio... fizeram só pagar pra fazer ... eu num vi ninguém da Funai... - Eu sei que no tempo do Toninho Pereira (antropólogo antigo da Funai, Antonio Pereira) ele andou aí, pra fazer a mapa aí, aonde os índios queria, ele veio e num foi feito do jeito que nós pediu a ele..."

Os índios mencionaram o fato de que o assunto foi ventiliado com o Ferreira, com o Dr. João Paulo, e com o Vicente (Vicente Carelli) chegaram mesmo a planejar uma ida ao Presidente, Paulo Moreira Leal, mas não conseguiram ir. Tiremê Suruí fez ainda uma observação sobre a carta que enviara, reclamando que a mesma tinha sido mandada anteriormente à homologação da área: "... esta carta eu mandei antes de ter a documentação (quiz dizer homologação) da terra, dava pra fazer certo". (conforme averiguamos, a carta foi realmente enviada em abril de 1983).(ANEXO I)

Na volta de nossa viagem, passamos por Brasília com intuito de apresentarmos pessoalmente ao Presidente da Funai, as reivindicações feitas pelas comunidades Gavião e Surui, particularmente aquelas concernentes aos problemas da terra e, o nosso pedido de se enviar um G.T. à Reserva Sororó para que verifique, com os índios, os verdadeiros limites de sua área.

Nesta ocasião, o Diretor do D.P.I. nos solicitou um parecer no Processo Funai/BSB/28870.001489/84 referente ao pedido



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

de uma certidão negativa sobre área localizada nos limites da Reserva Sororó.

Pela leitura deste e dos outros processos que requisitamos para melhor nos inteirarmos do assunto, constatamos a veracidade dos relatos da comunidade e a premência de um G.T., pedido nosso, respaldado inclusive, em alguns fatos mencionados nestes documentos e que aqui transcrevemos por sua relevância:

- 1) Existem desde o século passado, notícias que demonstram que os Surui ocupavam uma área mais ampla, abrangendo, inclusive, a atual.
- 2) Que, em inúmeros locais, atualmente fora da reserva, estavam situadas, em tempo muito recente, aldeias e tradicionais campos de caça e de coleta de castanha, como os mencionados nos Processos BSB/1778/80 às fls. 70 e segs.
- 3) Que, em 1976 e 1977, os índios embargaram a demarcação por considerarem-na inadequada aos seus direitos e às suas reivindicações. (Processo BSB/3638/77 às fls. 71 e segs.).
- 4) Que o antropólogo Antonio Pereira Neto, especialmente designado para resolver o impasse da demarcação, encaminhou à Funai, um documento assinado pelos elementos mais representativos da comunidade, no qual são mencionadas várias áreas consideradas pelos índios como imprescindíveis. No entanto, muitas delas, como a Aldeinha, ficaram fora da Reserva (Processo BSB/3638 às fls. 94 e segs.). Além disso, os próprios índios declararam em nossa visita à Reserva Sororó que embora Toninho Pereira tivesse andado



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

pela Reserva para fazer o mapa de acordo com a indicação dos índios, ele não havia sido feito assim. (Fita gravada que acompanha o relatório).

- 5) Que, em 14.08.82, o Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho, da Escola Paulista de Medicina, escreveu à Funai, solicitando a revisão da área, já que havia constatado que aldeias, campos de caça e coleta, haviam sido subtraídos aos índios em consequência da demarcação de 1977 (Processo BSB/1778/82 às fls. 201 e segs.).
- 6) Que, em 19.10.82, a socióloga Maria Helena Paulo Fonseca, sugere a formação de um G.T. para Sororó, sugestão acatada pelo Chefe do D.I.D. (processo 1778/82 às fls. 204 e segs.).
- 7) Que o Diretor do D.P.I. apoiou o pedido do G.T., como bem demonstra a sua exposição de motivos, datada de 20.10.82 e aprovada nesta mesma data pelo então Presidente, Dr. Paulo Moreira Leal.
- 8) Que, ainda na mesma data, em 20.10.82, em correspondência expedida (D.F. nº 269/82) ao Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho, o Presidente da Funai, informa que "a Funai vai envidar os maiores esforços para devolver àqueles índios o que lhes pertence, mesmo sabendo que isto ensejará toda sorte de pressão" (Processo BSB/1494/82).

Inexplicavelmente, também datado de 20.10.82, é a exposição de motivos feita pelo Diretor do D.P.I., pedindo a homologação da área demarcada, que merece na mesma data a



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

- 9) Que em 14.12.82, o Diretor do D.P.I., José Ubirajara Calbilho, pede que se retorne o Processo Funai BSB/1494/82, que trata da homologação da área, até que se conclua os estudos propostos e aprovados pela Presidência (Processo 1778/82 às fls. 117)
- 10) Que em abril de 1983, a questão dos limites da Reserva é novamente abordada no relatório da antropóloga da Companhia Vale do Rio Doce, Yara Ferraz, que levantou dúvidas quanto à demarcação feita.

Posteriormente, Yara Ferraz encaminha uma carta do índio Tiremê-Suruí, que em nome de toda a comunidade reivindica uma correção na demarcação feita.

Acreditamos que, diante do que expusemos, urge se tomarem providências para que não só se dissipem as dúvidas relativas à demarcação realizada pela Funai mas, sobretudo, que se restitua aos índios Suruí o que lhes pertence por direito. Justamente agora, com os recursos advindos do Projeto, o momento é privilegiado para que se realize este trabalho de complementação da área.

DESMATAMENTO:

A redução da área trouxe para o grupo um prejuízo considerável, pois numa grande parte dos castanhais lhes foi subtraída, reduzindo, conseqüentemente, a renda comunitária, obrigando-os, inclusive, a lançarem mãos de outros recursos para satisfazerem necessidades que inclusive lhe tem sido impostas pelo próprio convívio com os "civilizados", a partir do desenvolvimento cada vez mais intenso da região, como, por exemplo, a compra de roupas,



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

utensílios e até mesmo de víveres, tornados indispensáveis com as mudanças ocorridas na dieta alimentar.

Um dos meios encontrados foi o da venda de madeiras de lei, incrementada fortemente pelas pressões exercidas pelas madeiras da região, como é o caso da Madreira Canadá que estabeleceu verbalmente com alguns indivíduos do grupo a comercialização de 130 pés de mogno, pagos unitariamente à razão de 200.000,00 - (duzentos mil cruzeiros).

Durante a nossa estadia, tivemos ocasião de presenciar caminhões carregados de toros de mogno (como comprovamos com as fotografias anexadas ao relatório), que passavam durante o dia e a noite, inclusive nos fins de semana e, em geral, voltavam à noite, o que nos impediu de fotografar a maioria.

Sem dúvida nenhuma, este desmatamento é uma afronta ao patrimônio indígena e os prejuízos que daí advirão e são sem dúvidas irreparáveis, pois não só repercutirão na diminuição da caça, mas principalmente, afetarão o equilíbrio ecológico indispensável, como se sabe, para a reprodução de castanhais.

Esta situação talvez pudesse ter sido evitada pela presença de um Chefe de Posto amadurecido e experiente, que tivesse sabido se opor às pressões dos madeireiros e, sobretudo, negociar junto à Ajudância de Marabá um auxílio do Projeto que viesse atender as necessidades do grupo.

É inadmissível que, justamente numa comunidade indígena que está recebendo o auxílio deste Projeto de Apoio, seja obrigado a recorrer a expedientes prejudiciais para o grupo como fórmu-



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Urge alguma providência que possa ainda impedir pelo menos uma parte da derrubada, pois na ocasião da nossa vinda, no começo de agosto, haviam sido retiradas só quarenta árvores.

Acreditamos que o Projeto tenha condições de contornar esta situação não só no momento, mas principalmente impedir que ocorra novamente, e um dos expedientes será sem-dúvida é o mais importante - o de conseguir o restabelecimento da área integral da reserva e portanto o usufruto de seus castanhais.

LIMITES E SINALIZAÇÃO DA RESERVA

Ainda sobre os limites da Reserva, foi abordado pelos índios a necessidade de recursos para reavivar os piques: "... já tá ficando sujo, tem gente que num tá respeitando ... nós arranquemos um cara daqui, tava cum a marca do GETAT.

Realmente, como tivemos ocasião de observar, nem mesmo na Rodovia, que já está bastante movimentada, não existe sinalização, alertando que alí é uma Reserva Indígena, portanto, zona proibida. A pequena placa colocada na rodovia está encoberta pela vegetação e não há nenhuma porteira à entrada da Reserva.

A sinalização adequada nesta Rodovia, OP-2 é muito necessária, principalmente agora, após o alargamento da mesma, realizado em 1983 pelo Batalhão de Engenharia e Construção. O tráfego desta estrada tem se intensificado cada vez mais, pois ela é um elemento de ligação muito importante entre o norte goiano e sudeste paense.



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Além disso, em alguns pontos da Reserva, aonde tem se verificado maiores assédios da vizinhança, se torna necessário não só limpar o pique, mas colocar avisos, marcos ou até mesmo a-rame farpado, que assinalem de forma inequívoca que, ali, é uma área indígena.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Um dos problemas mais sérios que encontramos entre os Suruí, foi o de abastecimento da água.

Durante o período de chuvas, são utilizados, normalmente, os igarapês mas, na época da sêca, o poço está se mostrando insuficiente para as necessidades do grupo. Além disso, assim como está pode ser verificado pelas fotografias em anexo constitui-se num foco de doenças: Descoberto, com a água sendo retirada por um balde, é facilmente poluível pela queda de detritos diversos.

Como a comunidade se reúne em torno dele para a lavagem de roupas, louças, panelas, se forma um grande lamaçal, onde se misturam com a água suja e o sabão, lixo, restos de comidas das louças e até excrementos de animais que ali chegam para beber a água empoadada, dando ensejo, então, ao aparecimento de mosquitos e moscas.

Além disso, o poço, ao que nos pareceu, foi construído muito perto da escola, possivelmente próximo demais da fossa de seu banheiro. No entanto, não sabemos, exatamente, se por ali passa apenas o encanamento do sanitário com o despejo em fossa distante ou se, realmente, a fossa é no próprio local e, se assim fôr, situada em distância máxima de cinco metros do poço. O mínimo



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

mendado para se evitar contaminação é de 20 metros (vinte metros).

Outro reparo a fazer, é sobre a murada baixa do poço que pode oferecer perigo pela eventual queda de uma criança.

Se for constatada a proximidade da fossa, será necessário que se cave outro poço, caso contrário, este poderá ser aprofundado, recoberto e munido de uma bomba manual. Se faz imprescindível também, que se construa, próximo ao poço, um lavadouro cimentado, com uma calha suficiente para escoar a água das lavagens.

De qualquer forma, esta obra só deve ser realizada, após ter sido ouvida a comunidade, pois sentimos que existe um desejo coletivo de mudarem o local da aldeia, desejo já antigo, mas fortalecido agora com a estadia do grupo na mata, após a morte de Sarawapiti.

Muitos componentes do grupo já morreram nas proximidades, fato que lhes motivou a já se mudarem algumas vezes em torno da aldeia atual.

Inclusive, como é tradição, o caso de Sarawapiti foi demolido (ver fotografia em anexo)

Este hábito deve ser considerado quando houver pressão para que os índios adotem, como os Gaviões, o uso de casas de alvenarias, incompatível com a tradição do grupo e inadequadas até mesmo ao próprio clima. As casas tradicionais de palha, são muito mais frescas.

O grupo pretende, com a mudança, se interiorizar na Reserva, em um local mais distante, cerca de 5 kms da atual, pois muitos



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

querem se afastar dos "Kamarã", (civilizados), embora algumas famílias prefiram morar em lugares mais próximos do povoado ou da estrada.

SANEAMENTO

Outro aspecto que deve ser observado é o da limpeza na aldeia. É necessário que o chefe do Posto, a enfermeira e a professora, ensinem e façam que se enterre ou se queime o lixo que, atualmente, é jogado por toda a parte da aldeia.

A maior sedentarização do grupo e hábitos alimentares diferentes, resulta em um acúmulo maior de lixo e o conseqüente aparecimento de ratos que proliferam pela aldeia.

A escola aonde estivemos hospedados está infestada de ratas e no dia em que chegamos foram vistos 5 grandes ratos, fato que não significou a sua extinção, pois continuamos a vê-los e ouvi-los durante todo o dia e, especialmente, à noite. Na semana anterior à nossa chegada, o Dr. João Paulo, também hospedado na escola, já matara ali 5 ou 5 ratos.

É fato por demais sabido, que os ratos transmitem inúmeras e sérias doenças através da sua urina e das suas pulgas, como a peste bubônica e a leptospirose, além de eventualmente, atacarem e morderem crianças ou até mesmo adultos.

É necessário que se proceda a desratização da aldeia e que se constitua um hábito enterrar ou queimar o lixo. Cabe não só ao Chefe do Posto, mas também, ao enfermeiro e à professora, orienta-



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

rem a comunidade neste sentido, evitando num prejuízo sério à saúde do grupo.

SAÚDE

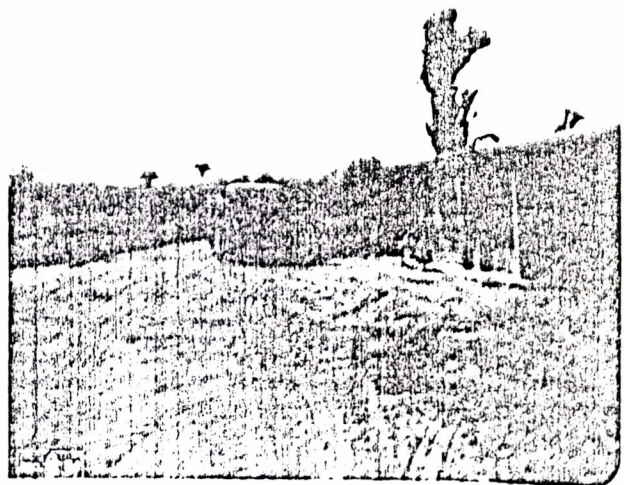
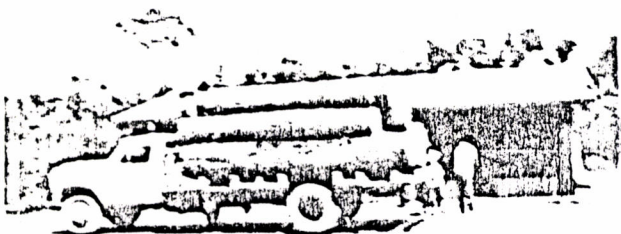
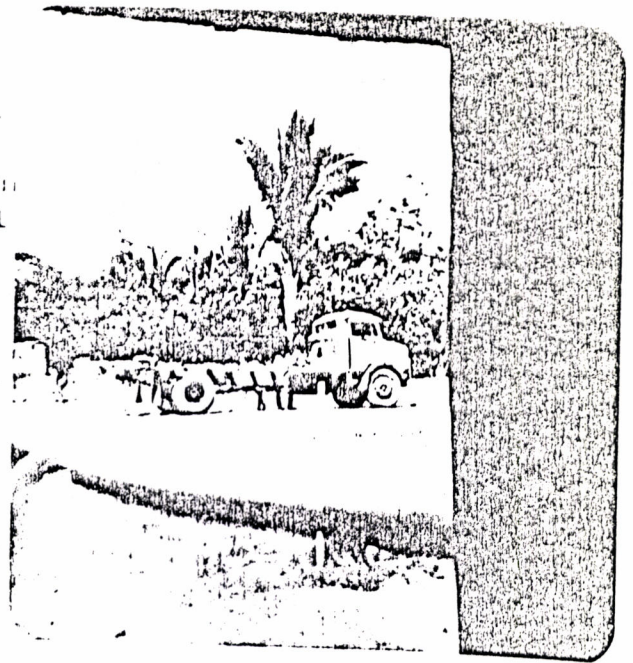
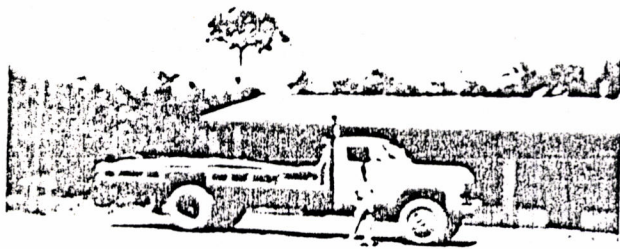
Não nos cabe opinar sobre este assunto, pois a Comunidade tem sido periodicamente visitada pela E.V.S. e o médico da Funai Dr. Fernando, e o da Companhia Vale do Rio Doce, Dr. João Paulo Botelho Vieira Filho já enviaram seus relatórios a este respeito.

Aliás, segundo o Dr. João Paulo, que tem já um contato antigo com o Grupo, tem se verificado uma melhoria gradativa na saúde da comunidade.

Sem dúvida alguma, com o Projeto tem havido um fornecimento maior de medicamentos, maior assiduidade na presença dos médicos e ainda tem sido equipada a enfermaria com maiores recursos, inclusive, gabinete odontológico.

Existe, ao que nos consta, um projeto de construção de uma enfermaria em local mais resguardado e mais amplo do que o atual. No momento ela está instalada à beira do caminho, recebendo muita poeira, e no mesmo prédio do Posto, sem banheiro privativo e sofrendo da mesma falta d'água, pois é quando se liga o gerador é que se tem água corrente.

Um cuidado que deve ser tomado imediatamente é do se mantem as portas de enfermaria e do gabinete dentário, permanentemente fechados, quando não estiverem sendo utilizados pelo enfermeiro ou



SORORÓ - caminhões das madeiras.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

(expostas não só a má utilização de remédios por crianças que podem ingerir alguma substância tóxica, mas, sobretudo, pelo possível prejuízo em equipamentos tão caros).

PESSOAL

Prestam serviço no P.I. Sororó, além do Chefe do Posto (que se encontrava foragido na ocasião da nossa estadia), um auxiliar de enfermagem, uma enfermeira (também ausente), a professora (que estava fazendo curso no Maranhão) um técnico agrícola, um motorista e dois trabalhadores braçais.

Não tivemos portanto, oportunidade encontrar nem com o Chefe do Posto, nem com a enfermeira. O motorista também havia se ausentado durante a nossa estadia. Aliás, não havia automóvel no Posto, pois o mesmo havia sido danificado no acidente que vitimou o líder Sarawapiti.

Também o nosso contato com a professora foi rapidíssimo, pois chegou no carro que viera para nos levar para Marabá. É uma pessoa extremamente simática ao grupo, foi recebida com grande alegria pela comunidade e na sua ausência falavam sobre ela com muito carinho. Embora seja uma professora aparentemente tradicional no exercício de suas funções, pareceu-nos bastante acessível a sugestões que mudassem o currículo escolar. Falou-nos com grande entusiasmo sobre o curso de especialização que fizera em São Luiz, sobre o qual não temos, no entanto, informação alguma.

Quanto ao Chefe do Posto, não sabemos nada dele, a não



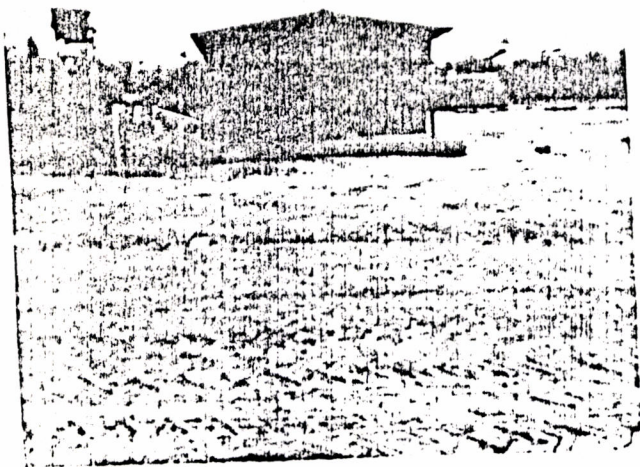
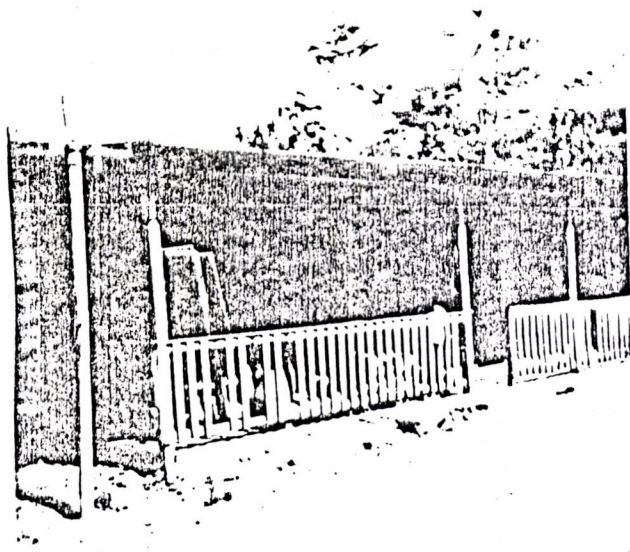
MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

rorô necessite de um Chefe amadurecido e sensato que seja capaz de realizar um trabalho orientado por um antropólogo com objetivo de ajudar na recuperação da identidade do Grupo. cada vez mais ameaçada pelas grandes pressões e conflitos que tem marcado o seu contato com os "civilizados"

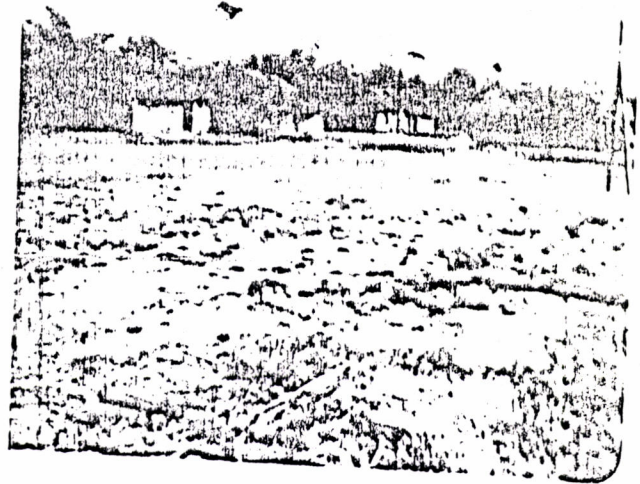
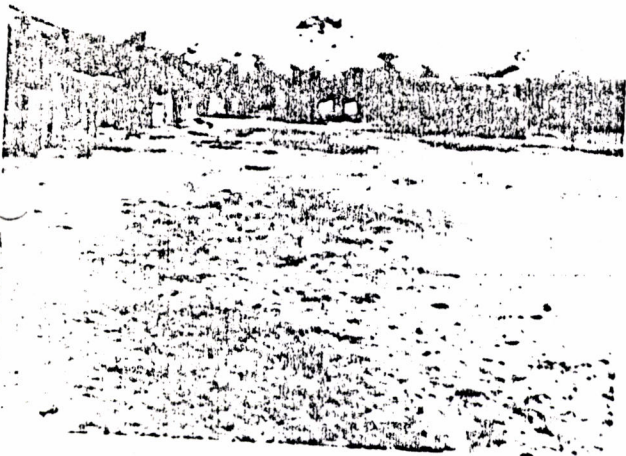
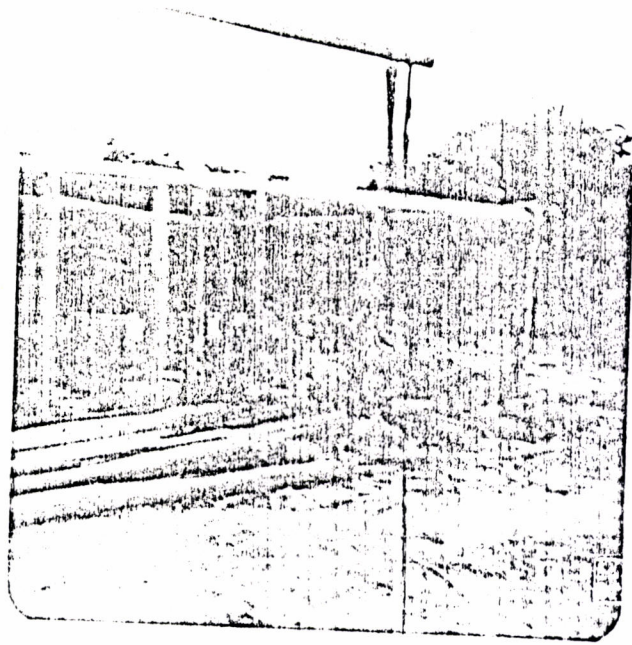
Enfermagem. De acordo com o desejo manifestado pela comunidade, eles dão preferência a um enfermeiro. Acreditam que um homem pode atender melhor, pois muitas vezes é necessário um deslocamento à noite, para atender aos doentes.

De qualquer modo, achamos que é imprescindível que todos aqueles que se candidatem a trabalhar com uma comunidade indígena, mereçam um preparo especial, sendo conscientizados, não só do grau de sua responsabilidade, mas da complexidade inerente ao seu trabalho. Embora seja uma tarefa difícil para a Funai, a de preparar pessoal especializado, acreditamos que, com o Projeto de Apoio, esta tarefa seja facilitada, na medida que existem recursos que poderiam ser utilizados no treinamento de pessoal.

Outro aspecto que deve ser pensado é a possibilidade de preparar elementos da comunidade para irem recebendo treinamento adequado e substituírem gradativamente os funcionários, exercendo, assim, atividades que os liberem da dependência total de Funai, não só na utilização e conservação dos equipamentos que tem sido entregues ao Grupo, mas também como monitores de ensino, de enfermagem, e, inclusive, na Chefia do Posto.



K.K.K. - antigo posto, escola e posto atual.



107 - casa demolida de Sarawapiti e vista da aldeia.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

EDUCAÇÃO

Também no P.I. Sororó, seria interessante desenvolver um programa educacional de maior amplitude que aquele que vem sendo realizado dentro dos moldes tradicionais. O ensino bilingüe deve ter lugar aí, já que a população é bilingüe. Deveria ser aproveitado entre o grupo algum elemento que pudesse ser treinado para monitores, como já sugerimos para o P.I. Mãe Maria.

ARTESANATO

Uma atividade que deveria exercer maior atenção e ser incentivada entre os Surui, é de artesanato. Entre eles, alguns fazem redes belíssimas de algodão, adornos plumários, colares, pulseiras, pentes etc. Anteriormente à demarcação, dispunham também de barro para confecção de suas panelas.

EXTRATIVISMO - AGRO-PECUÁRIA - FRUTICULTURA

Com a redução de sua área, os Surui se viram privados de uma grande parte dos seus castanhais e de grande territórios de caça e coleta, ocasionando, inclusive, redução da renda advinda com a venda de castanha e, ainda, um prejuízo na sua dieta alimentar, pois a caça lhes fornecia um complemento de proteínas.

Além disso, por influência dos civilizados, a comunidade vem reduzindo as pequenas roças familiares, onde cultivam diversas variedades de milho e ainda...



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

incrementando grandes plantações de arroz, que não vem lhes oferecendo vantagem, já que o arroz tem valor nutritivo reduzido e não alcança preços altos no mercado.

FRUTICULTURA

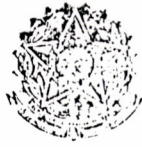
Em 1983, foi iniciado o plantio de um pomar cuja tônica seriam as frutas cítricas. Entretanto, foram esquecidos os sacos plásticos nas mudas e a maioria delas morreu. Seria interessante reiniciar o plantio, já que os índios carecem de frutas na sua reserva.

PECUÁRIA

Estão sendo formadas pastagens destinadas, principalmente, aos muares, que são utilizados pelos Surui em tarefas diversas, principalmente para a coleta de castanhas. Eles desejam adquirir, pelo menos, dez animais, com auxílio dos recursos do Projeto.

Durante a nossa estadia chegaram 3 (três) charretes, compradas pelo Projeto.

Além dos muares, os Surui possuem um pequeno bovino. Trator: Foi comprado para todos os grupos indígenas integrantes do Projeto de Apoio; entretanto, sua utilização adequada deve ser questionada, pois as necessidades dos grupos são diferentes. 0
trator muitas vezes não cumpre



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

res, mas é utilizado em outras inteiramente dispensáveis, gastando entretanto muito combustível.

CONSTRUÇÃO E OBRAS

Há um projeto de mudança de aldeia, no próximo ano. Talvez os Índios sejam pressionados a construírem casas de alvenaria, como a dos Gaviões, em Mãe Maria. É necessário, então, que a Funai lhes dê uma orientação, mostrando a inadequação para a região, do uso de casas de alvenaria cobertas com brasilite. O ideal seria que lhes contassem com ajuda de um chefe de Posto sensato e, ainda, com acompanhamento antropológico; para lhes ajudar; resistir às inúmeras pressões de madeireiros e carpinteiros e comerciantes de material de construção.

Há ainda projeto para construção de uma enfermaria, talvez sob a orientação do Dr. João Paulo.

Quanto à escola, seria interessante pintá-la, já que o seu interior tem uma cor extremamente cansativa: verde berilo, naturalmente contra-indicado para uma sala de aula. Além disso, o banheiro e a cozinha necessitam de um reparo, pelo menos um emboço nos tijolos da pia e das paredes do banheiro. Seria interessante que houvesse um acréscimo para acomodar melhor a professora, ou talvez ela pudesse ocupar na casa do Posto, a parte da enfermaria caso esta seja construída em outro local.

Também a antiga casa do Posto poderia ser reformada, já que está em péssimas condições e principalmente sem água, para



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

abrigar os outros funcionários da Funai e Projeto.

RECURSOS DO PROJETO

Embora tenhamos percebido entre os Surui uma preocupação sobre a continuidade do Projeto e seus recursos, não houve condições, principalmente, em decorrência da morte de Sarawapiti, para coversarmos melhor sobre isso.

Com a ida de um G.T. à Reserva, do qual deve fazer parte um antropólogo, este assunto poderá ser retomado com calma.

RECOMENDAÇÕES

- 1) URGENTÍSSIMA FORMAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA VERIFICAÇÃO DOS REAIS LIMITES DA RESERVA E A CONSEQÜENTE RESTITUIÇÃO AOS SURUI DE SUAS TRADICIONAIS ÁREAS DE CACA, COLETA, ALDEIAS ANTIGAS E PRINCIPALMENTE DOS CASTANHAIS. ESTA É UMA PROVIDÊNCIA QUE TEM CARÁTER DE EMERGÊNCIA, POIS ALÉM DE JÁ TER SIDO REQUISITADA, AINDA ANTERIORMENTE AO PROJETO DE APOIO, DEVEMOS TER EM VISTA, PRINCIPALMENTE, QUE OS FAZENDEIROS DA REGIÃO ESTÃO REQUERENDO TITULAÇÃO DEFINITIVA DA TERRA.
- 2) PROVIDÊNCIAS URGENTES PARA SUSTAR O DESMATAMENTO QUE ESTA SENDO LEVADO A CABO NA RESERVA.
- 3) Reaviventaçãõ anual dos piques demarcatórios e, se necessário, colocação até de arame farpado em áreas vulneráveis.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

- 4) Sinalização adequada na Rodovia.
- 5) Beneficiamento no abastecimento de água, aprofundamento do poço, cobertura, bomba manual e construção de lavadouro com calha.
- 6) Efetivo acompanhamento antropológico junto à comunidade Surui, visando fortalecer a identidade do grupo, cada vez mais desestabilizado, em decorrência das violentas pressões que eles têm sofrido em seu contato com os "civilizados".
- 7) Escolha de um Chefe de Posto com o necessário amadurecimento e experiência.
- 8) Colocação de um enfermeiro (homem) diplomado e a formação de monitores de saúde.
- 9) Orientação à professora do P.I. visando a introdução de um programa de ensino que atenda às especificidades do grupo, inclusive o ensino bilingüe.
- 10) Planejamento agrícola, procurando atender às reais necessidades do grupo, inclusiva, incentivando as roças familiares, importante no contexto social dos Surui.
- 11) Planejamento de utilização de recursos do Projeto.
- 12) Apoio e orientação no projeto de mudança de aldeia.
- 13) Financiamento das atividades extrativistas da castanha.
- 14) Transmissão de conhecimentos técnicos aos indivíduos da comunidade interessados no aprendizado da utilização e conservação dos equipamentos.



MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DOCUMENTOS CONSULTADOS :

Funai/BSB/003638/77

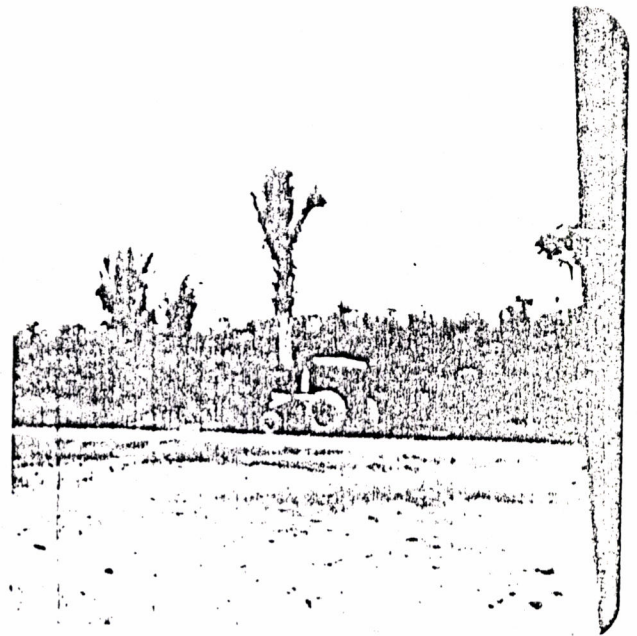
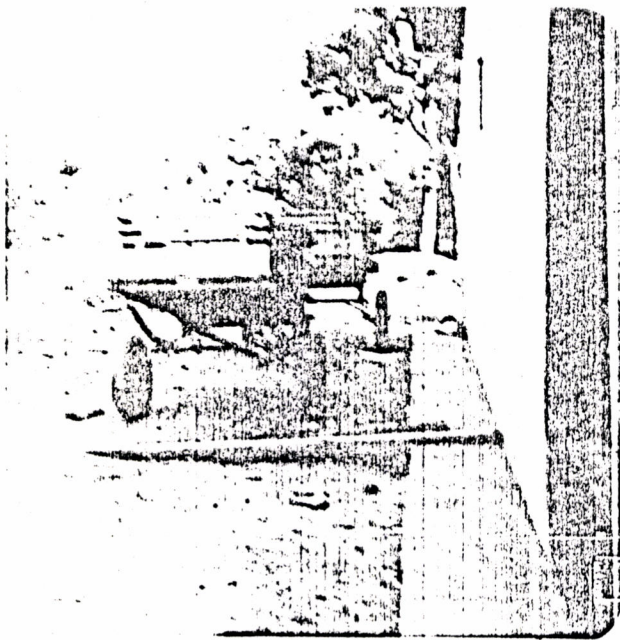
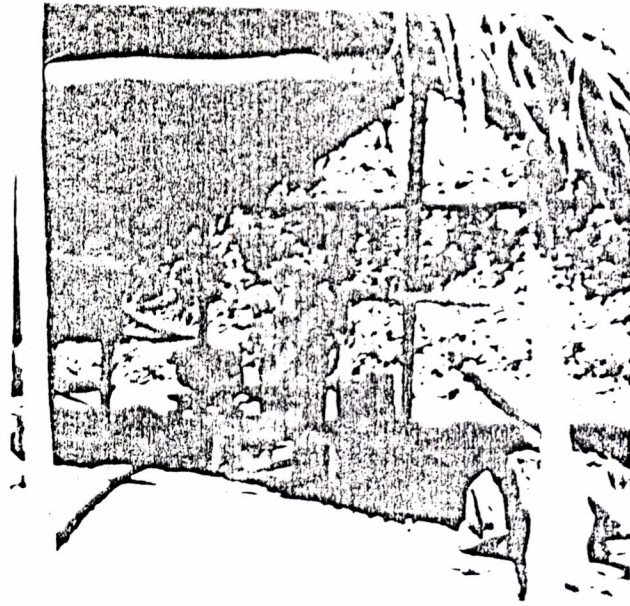
Funai/BSB/1778/82

Funai/BSB/1494/82

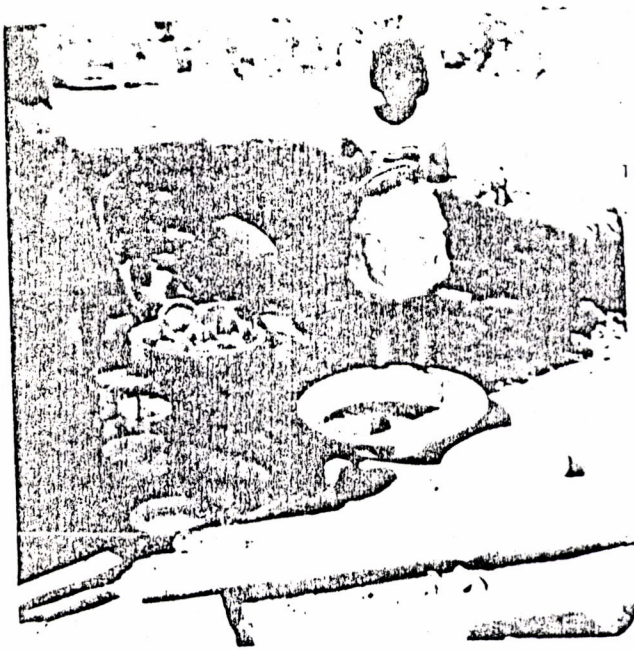
Funai/BSB/28870.001489/84

Ofício nº 1135/DEX/D.P.I./83

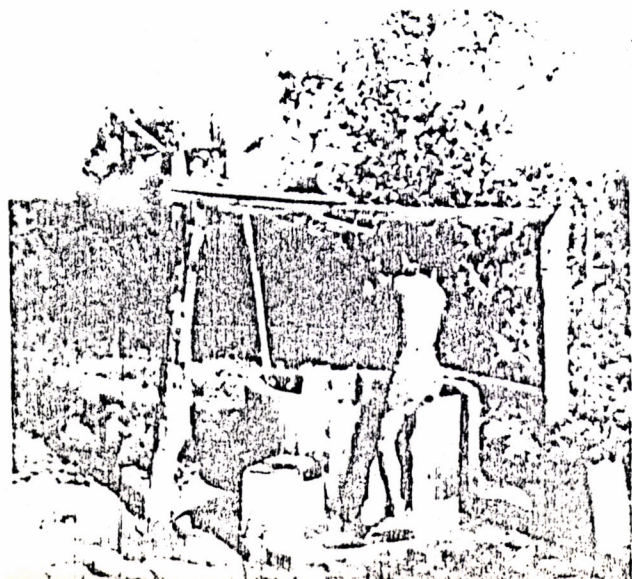
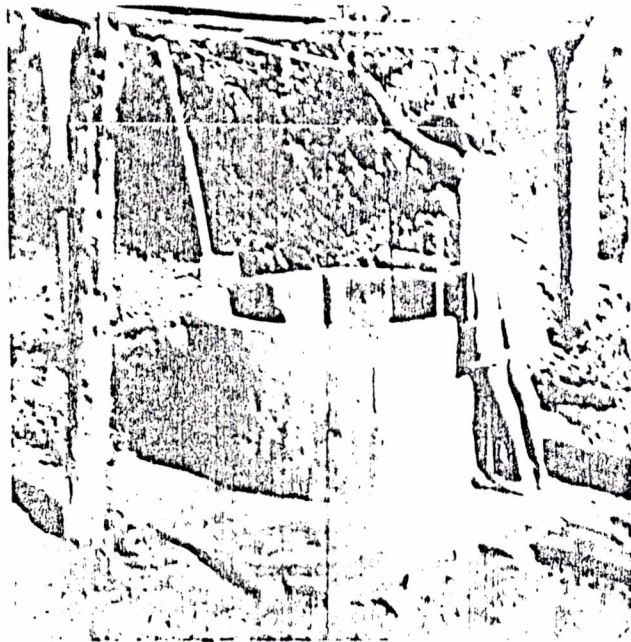
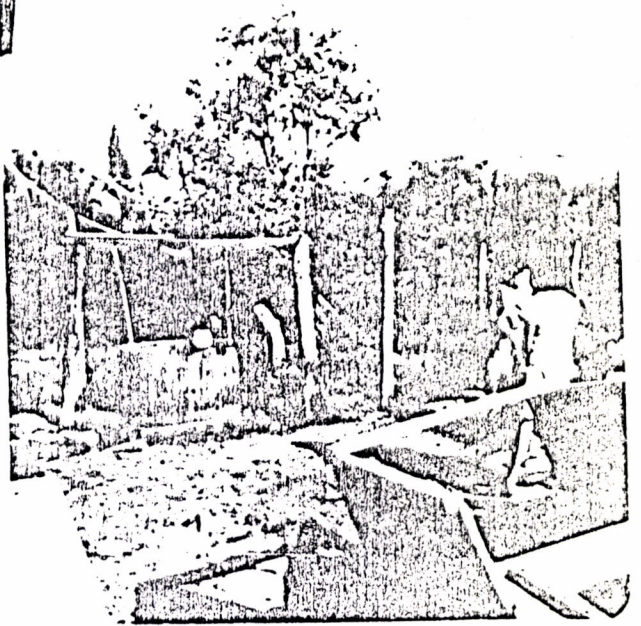
Relatório da antropóloga Yara Ferraz



SORORÓ - equipamentos adquiridos pelo Projeto



TERIO
DC



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

OFÍCIO Nº 1135/DEx/DPI/83

Brasília, -3OUT83

Do.: Sr. Diretor Executivo da FUNAI

À.: Dra. MARIA DE LOURDES DAVIES DE FREITAS

M.D. Coordenadora do Meio-Ambiente - SUCAR - CVRD

Em atenção ao Of. DEURK-EXT 382/83, que encaminha a esta FUNDAÇÃO, o Relatório da antropóloga IARA FERRAZ, esclareço que a Área Indígena SORORÓ foi eleita em 1976. A eleição da área foi realizada por Grupo de Trabalho constituído de técnicos da FUNAI, entre os quais o antropólogo ANTONIO PEREIRA NETO, que havia ocupado o cargo de Chefe de Posto daquela área, e contou com a ativa participação da comunidade indígena, líderes e outros membros.

O trabalho executado mereceu a aprovação da comunidade, ratificada em reunião realizada na área.

Posteriormente, em 18.7.1977, em relatório de viagem a área SORORÓ, para verificar os trabalhos da demarcação então em andamento, o antropólogo ANTONIO PEREIRA NETO assim se expressou: "O Sub-Grupo, ao estabelecer os limites do que seria a Reserva SURUÍ, agiu com a maior correção, pleiteando aquilo que os índios consideravam seu, não ultrapassando os limites do bom senso, não querendo uma área muito extensa, mas sim aquela que tendo sido habitada em passado recente pelo grupo, poderia, depois de demarcada, assegurar melhor condição de vida e de desenvolvimento àquela comunidade indígena".

A Área Indígena SURUÍ está devidamente demarcada e já foi homologada pela Presidência da República, e deverá ser proximamente registrada junto ao SPU, assegurando assim, de fato e de direito, a terra para os índios SURUÍ.

A Área Indígena MÃE MARIA que constitui-se de terras doadas à comunidade indígena Cavião, foi demarcada em 1963 e teve seus limites aviventados em 1980. É objeto de estudos conjuntos FUNAI/GETAT, para dirimir dúvida sobre o limite sul, questionado recentemente por particulares e pelo próprio GETAT. A Diretoria do Serviço Geográfico do Exército que analisou os trabalhos de avivantação realizados pela SETAG em 1980, já expediu Laudo Técnico sobre a questão.

Quanto as informações contidas no Relatório, sobre os Projetos que

4

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

CONT. DO OF. 1135/DEX/DPI/83

esta Fundação vem desenvolvendo nas já mencionadas áreas, encaminharei oportunamente o resultado da apreciação da matéria, a cargo da ASPLAN.

Na oportunidade renovo meus protestos de elevada estima e consi
deração.

Lamartine Ribeiro de Oliveira
LAMARTINE RIBEIRO DE OLIVEIRA
Diretor Executivo/FUNAI

DPI/DCP/rm.

*cópia feita LOPORO
e DEMARCAÇÕES [4]*

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1983.

Exma.Sra.
Maria de Lourdes Davies de Freitas
Cia.Vale do Rio Doce - SUCAR - DEURK
Nesta

Prezada Sra:

Conforme solicitado pessoalmente pelos Índios SURUI, do Posto Indígena Sororô, ao sul de Marabá (PA), venho por meio desta encaminhar uma cópia da carta enviada ao Sr. Presidente da Fundação Nacional do Índio. Trata-se de levar ao conhecimento da diretoria da Companhia Vale do Rio Doce uma solicitação feita pelos SURUI para a redemarcação urgente de sua reserva, em área de influência da implantação do Projeto Ferro-Carajás.

Atenciosamente,

Iara Ferraz

Iara Ferraz

TÍT. OFFIC. ...
 TASSADO
 José ...
 José ...
 José ...
 Av. Ator ...
 No. ...

Posto Indígena Suororó, 08 abril
 de 1983

Para presidente funai
 Sr. Paulo Moreira Leal

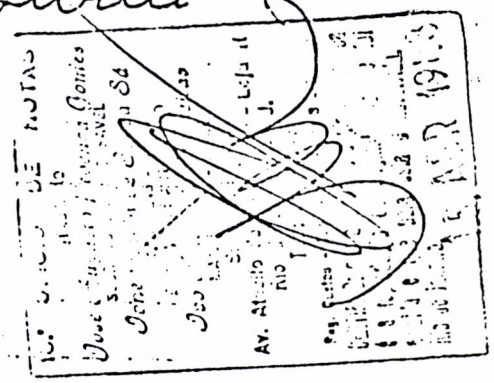
Venha através desta carta solicitar
 de senhor, uma justa demarcação
 em nossas terras.
 Durante muito tempo, acreditamos
 e confiamos na funai, para que
 este problema fosse resolvido,
 mas até agora nada foi feito neste
 sentido. vendo a insegurança da
 comunidade Suorui, resolvi
 recorrer a nossa senhoria e
 acredito, que não decepcionarei.
 Informo que nossa área demarcada
 compreende apenas 26.000 há. Como o
 senhor pode notar, é uma área
 muito pequena em relação a
 outra área indígena.
 Também devemos levar em consi-
 deração o seqüito
 anormalmente acelerado das integrantes

nte nos trará segurancia:
 aumento de nossas terras, sei que
 é um problema que não se
 resolve rapidamente, mas confiando
 no Senhor, que sempre nos
 ajudou em nossas necessidades,
 sei que o Senhor lutará com
 empenho na aumento de nossas
 limite de terras.

Desde já agradeço e esperamos
 uma resposta do Senhor o mais
 breve possível.

atenciosamente

Siremé Durui
 em nome de toda a comunidade
 Durui



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI
Gabinete do Presidente

PONTARIA Nº 1031/1E, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1.985

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere os Estatutos,

R E S O L V E :

I. Designar JOSÉ PERREIRA CAMPOS JUNIOR - Chefe da Ajddância de Marabá, MÁRIO DOS SANTOS ALVES - Técnico de Agrimensura/BPI, IARA FERAZ - Antropóloga da CVI, para em conjunto com Técnico do GETAI, a ser designado e sob a coordenação da antropóloga, procederem os estudos de redefinição dos limites e levantamento ocupacional da Área Indígena Surui do Sororó, localizada no município de Marabá - PA.

II. O levantamento fundiário, juntamente com as propostas para redefinição da área indígena a serem ~~propontadas~~ apresentadas ao Grupo de Trabalho ins~~tituído~~ tituído pelo Decreto nº 88.118/83, visará a natureza da ocupação populacional, a data da ocupação bem como os conflitos existentes, mediante a identificação de posse, domínio, pesquisa documental em Cartórios das Certidões de Registro, com respectivas cadeias sucessórias.

III. Conceder o prazo de 15 (quinze) dias, para execução dos trabalhos de campo a contar de 15.02.85.

IV. Determinar o prazo para entrega dos relatórios correspondentes em 30 (trinta) dias, após o término dos trabalhos de campo.

V. As despesas deverão correr à conta dos recursos do FINSO - CIAL.


NELSON MARABUTO DOMINGUES
Presidente

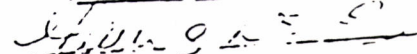
DPI/DID/A-CRL/sloh

McC 116

9/F/B- 1773/35-2

Recebi o original

Em, 10/02/85



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

PORTARIA Nº 1836/E /E, DE 27 DE fevereiro DE 1985.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere os Estatutos,

R E S O L V E:

I. Substituir o Chefe da Aj. de Marabá JOSÉ FERREIRA C. JUNIOR, do Grupo de Trabalho instituído através da Portaria nº 1831/E/85, pelo servidor AFONSO G. GUIMARÃES, Chefe de Posto, com a finalidade de proceder estudos de redefinição dos limites e levantamento ocupacional da Área Indígena SURUI DO SORORÓ, localizada no Município de Marabá - PA.


NELSON MARABUTO DOMINGUES
Presidente/FUNAI

368
D.D

Proc. 1778-82
Fls. 339/
Rubrica: <i>[assinatura]</i>

À
Diretoria do Patrimônio Indígena (DPI)
Fundação Nacional do Índio
SIA Trecho 4 lote 750
Brasília - DF
71.200

Carta S/A

Rio de Janeiro, 19 de abril de 1985

Prezado Sr.

Vimos, pela presente, encaminhar à DPI o relatório de viagem referente à portaria 1981/E de 07.02.85, para a redefinição dos limites da área do PI Sororó. Aguardamos o envio do mapa detalhado do território Surui, tal como acertado verbalmente com o Sr. Mario Alves, responsável pela sua elaboração.

Sem mais, aproveitamos a oportunidade para renovar nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

[assinatura]
Iara Ferraz

Iara Ferraz
Rua São Salvador, 89 ap. 403
22231 - Laranjeiras
Rio de Janeiro
RJ

FUNAI/DGPI
RECEBIDO 08/04/85
<i>[assinatura]</i>
RUBRICA

Proc. 1778-82
Fls. 340
Rubrica: <i>[assinatura]</i>

SURUI (AIKEWARA) DO POSTO INDÍGENA SORORÓ:
NO RASTRO DO TERRITÓRIO TRADICIONAL*

Iara Ferraz
Antropóloga

* Relatório de viagem realizada entre 15 e 28 de fevereiro de 1985, como coordenadora do grupo de trabalho conforme portaria Funai 1981/E de 07.02.85, para realizar levantamento com vistas à redefinição do território dos chamados Surui do PI Sororó, com o apoio do Convênio CVRD-Funai.

Proc. 1778-82
Fls. 341
Rubrica: <i>[Handwritten Signature]</i>

À memória de SAWA WP+

Convenção gráfica provisória para
o dialeto Surui (Tupi-Guarani)

- i - vogal central alta não arredondada (aproxima-se da vogal Tupinambã grafada em geral com y)
- k - como o c de casa
- w - como no inglês "lower"

Os demais fonemas soam como no português.

Proc. 1178-82
Fls. 34.3
Rubrica: <i>[assinatura]</i>

O B S E R V A Ç Ã O

Até o momento da conclusão deste relatório não havíamos recebido a versão final e definitiva do mapa a que nos referimos no decorrer deste trabalho. Serviu como referência para todas as observações aqui apresentadas apenas um esboço traçado no mapa-base do Serviço de Cartografia do Exército (MI 950 e 951, somente encontráveis em Manaus, 4ª Divisão de Levantamento).

A elaboração do mapa preciso do território tradicional dos Surui (Aikewara) ficou sob a responsabilidade do Sr. Mario Alves, técnico em agrimensura designado pela DPI (Iunai - Brasília) para realizar conosco o levantamento para a redefinição dos limites da área do PI Sororó. Tão logo nos seja enviado, apresentaremos observações complementares.

Esta é a primeira vez que, oficialmente, venho apresentar à Fundação Nacional do Índio uma proposta formal para a redefinição do território dos chamados Surui do PI Sororó, no sudeste do estado do Pará¹.

Através da assessoria prestada à Cia. Vale do Rio Doce, em abril de 1983 - e, depois, em agosto de 1984 - apresentei relatórios detalhados - o primeiro, acompanhado de um croqui feito a partir do mapa-base da área de PI Sororó, fornecido pela Funai - onde apontei os equívocos cometidos na demarcação completada em 1977². Enfatizava então a necessidade de revisão urgente daquele processo de demarcação, pois de nada adiantaria uma volumosa injeção de recursos no PI Sororó (oriundos do Convênio CVRD-Funai, firmado em 1982), se os Surui não pudessem recuperar porções significativas de seu território tradicional, que lhes haviam sido subtraídas com a demarcação efetuada em 1977, e que haviam permanecido em poder de latifundiários, invasores da área indígena desde a década de 40.

É possível que esta perspectiva tenha sido encoberta para os Surui por uma "cortina de fumaça" anteposta pelos agentes tutelares a nível local - Posto e Ajudância de Marabá - que acenavam,

1 Ao contrário do que consta na legenda de um mapa integrante do processo nº1778/82, referente à demarcação daquela área indígena, nunca cheguei a formular uma "proposta" de área, embora desde 1976 tenha encaminhado à cúpula da agência tutelar inúmeros mapas, desenhos e croquis elaborados pelos próprios Surui. Parece paradoxal que, ao rever em Brasília os processos pertinentes à demarcação da área do PI Sororó - tendo em vista a realização desta viagem - o técnico em agrimensura da Funai, também designado integrante deste grupo de trabalho, não os tenha encontrado.

2 Através da leitura dos processos pertinentes, tomamos conhecimento do fato desta demarcação ter sido efetuada, a pedido da Funai, por um agrimensor autônomo empreitado pela PLANTEL, procedimento este considerado incomum, à época.

exatamente, com os abundantes recursos do "Projeto" (o Convênio CVRD/Funai) que acabaram por ser dirigidos às contratações e obras desnecessárias, de um modo geral. (Estas questões foram abordadas em relatório encaminhado à CVRD (março 85) referente ao "Projeto" em relação aos chamados Surui, que se autodenominam Aikewara).

A redefinição da área

No dia 16 de fevereiro partimos de Marabá com destino ao PI Sororó, situado a cerca de 100km em direção ao sul, já no município de São João do Araguaia. Apesar das condições pouco favoráveis do veículo da Ajudância de Marabá, a viagem só foi possível dada a grande habilidade do motorista que nos transportava, pois os grandes atoleiros da rodovia OP-2 (que liga a Transamazônica à São Geraldo do Araguaia), nesta época de chuvas, dificultaram a nossa chegada à área Surui.

A rodovia atravessa a área indígena na sua porção mais oriental e as duas placas de sinalização, ali existentes mal são visíveis: além de enferrujadas, pois são de metal, suas inscrições são pequenas, o que as torna ilegíveis³.

Na aldeia, explicamos detalhadamente o motivo de nossa viagem e logo compreendemos o estado de tensão em que se encontravam os moradores da região, entre eles, os Surui: "pistoleiros" contratados pelos latifundiários vizinhos vinham praticando toda a sorte de violências, acirradas exatamente no início de fevereiro último (ver adiante). Ao lado do fato de os Surui se

³ Informou-nos posteriormente o chefe do Posto que havia encomendado em Marabá três novas placas para substituir aquelas.

encontrarem, nesta época, ocupados com a coleta da safra de castanha, um certo temor dificultou-lhes decidir quem iria nos guiar na viagem de reconhecimento do território tradicional.

Warini, um dos homens mais velhos do grupo, exímio caçador e profundo conhecedor do território tribal, logo se prontificou - ele fora o autor dos inúmeros croquis e desenhos da área que, sucessivamente, desde 1976, havíamos encaminhado à Funai. Seu irmão Sawara'ã, considerado morubixawa ("chefe" político e cerimonial) e Tiremê, homem maduro que vem firmando posição de liderança entre o grupo, acompanharam-nos durante a viagem, iniciada a 18 de fevereiro. Foram também conosco o técnico em agrimensura designado pela DPI (Diretoria do Patrimônio Indígena), o chefe do PI Sororô (por indicação do chefe substituto da Ajudância de Marabá) e um auxiliar.

De São Raimundo, um pequeno povoado no limite do extremo sudeste da área - onde mora Tibaku com sua família, à beira da rodovia OP-2 - tomamos uma estrada cavaleira (ponto 1, no mapa anexo) que acompanha, pelo interior da área indígena, o seu limite sul até atingir uma localidade (castanhal) denominada "Centro Novo". Naquela porção estava situado o ponto inicial das divergências entre a demarcação completada em 1977 e a área reivindicada pelos Surui, como de ocupação efetiva, que define o seu território tradicional.

Fixamo-nos nas proximidades das cabeceiras dos rios Gamleira (Hitã, "rio com muitas pedras", é o seu nome no dialeto Surui) e Caracol, ou Ipirahietê* como é chamado por eles. As inúmeras e próximas nascentes desses cursos d'água levaram, ao que tudo indicava, ao erro cometido por ocasião da demarcação de 1977, quando outras cabeceiras - que não as centrais - foram tomadas como referências (ver ponto 2, no mapa). À margem esquerda do

* "Águas piscosas"

Ipirahieté estão localizados dois grandes castanhais - "Centro Novo" e "Carrasco" - integrantes, originalmente, do território Surui e por ora ocupados pelo Sr. Almir Queiroz de Moraes e familiares (requerente processo Funai nº003229/84).

Verificamos que, naquela porção, a delimitação correta deve partir da cabeceira central do rio Gameleira (Fitá) em linha seca para a cabeceira também central do Ipirahieté (Caracol ou Córrego Boa Sorte), onde há uma imponente gameleira (Ficus doliaria), facilmente identificável (pontos 3 e 4 do mapa). Deverá seguir dali o limite, também em linha seca pelo divisor de águas entre Caracol (Ipirahieté) e rio Pacu, até a foz do primeiro (5, mapa). Deste modo será abrangida a bacia do Ipirahieté, aproximando a área do território tradicionalmente ocupado pelos Surui que, há cerca de menos de quarenta anos, estendia-se ao sul até às proximidades do rio Araguaia. Mencionam com frequência seus antigos acampamentos na época do verão e expedições de caça por uma localidade hoje chamada 'Dois Irmãos' e palco de intensos conflitos pela posse da terra, já próxima ao Araguaia, a oeste da Serra das Andorinhas.

Mais de dez famílias de posseiros ocuparam recentemente, entre abril e outubro de 1984, a porção de terras situada à margem esquerda do Caracol (o Ipirahieté), uma vez que a demarcação efetuada em 1977 definia por este curso d'água o limite sul da área indígena. São lotes de 500 metros de frente por 1.000 metros de fundos (50 ha), até as proximidades do castanhal "Centro Novo". Estes ocupantes ali plantaram não mais de 10 ou 12 linhas⁴ de roçados de mandioca, arroz e milho para subsistência. Têm uma

4 Dezesseis linhas correspondem a um hectare.

pequena criação de galinhas e, em geral, uma ou duas pequenas casas em cada lote, de folhas de babaçu (paredes e cobertura) e chão batido. São famílias que, em geral, vêm sofrendo toda sorte de manipulação por parte do GETAT (no que diz respeito aos sorteios de lotes, promessas de licenças de ocupação, etc.). Muitos entre eles passaram, assim, a se auto-referir como "invasores de terras", uma vez esgotada a credibilidade dos órgãos governamentais responsáveis pelo caos do sistema fundiário naquela região, nos últimos dez anos.

Desde março de 1981 desenvolve-se um conflito entre o Sr. Almir Moraes (e seus filhos) e mais de 100 posseiros que estão na área denominada fazenda Fortaleza, à margem direita do rio Sororozinho (já no município de Xinguara). A "sede" dista cerca de 600 metros acima da foz do rio Ipirahietê, de onde os Surui foram expulsos na década de 40.

Em outubro de 1981, o poder judiciário (comarca de Marabá) expediu liminar de despejo contra os ocupantes daquela área, autorizando um fiscal de justiça para proceder à ação. Juntamente com a polícia militar e com o apoio de pistoleiros, despejaram diversas famílias da área. Doze posseiros permaneceram por 11 dias presos em Marabá. Houve apreensão de armas de caça, instrumentos de trabalho (foices, facões e machados) e gêneros alimentícios dos posseiros. No interior da própria delegacia, sofreram ameaças para assinar documentos 'desistindo' da posse da terra.

Esta situação permanece até os dias de hoje. O Sr. Almir Moraes tenta remover os posseiros a qualquer custo, utilizando-se para isto de força policial e de pistoleiros de aluguel, além dos expedientes burocráticos através da atuação do GETAT. Os tiroteiros, no entanto, são frequentes naquela área.

Além das fortes chuvas, estes foram fatores que, certamente, acabaram por nos impedir de verificar in loco a coincidência da

chamada "Fazenda Fortaleza" com a área de ocupação tradicional dos Surui, por eles reivindicada desde os primórdios do processo de demarcação daquela área (1966, através de frei Gil Gomes Leitão).

Uma vez que o técnico agrícola designado para elaborar os laudos de avaliação daquelas posses não nos foi colocado à disposição pela Funai - bem como não compareceu o representante do GETAT que iria integrar o grupo de trabalho constituído - solicitei através de radiograma à Diretoria do Patrimônio Indígena (DPI, em Brasília) autorização para que o próprio chefe do PI Sororó (que também é técnico agrícola) efetuasse o levantamento o mais rápido possível (a fim de não protelar ainda mais a redefinição precisa daquele território tribal).

Como ainda não se tem uma definição clara quanto às mudanças em relação à política fundiária para a região com o advento da Nova República, seria precipitado apresentar aos ocupantes uma possibilidade de solucionar a questão advinda pois, com a retificação dos limites da área indígena, permanecerão no seu interior. Muitos destes, no entanto, ficaram cientes de que virão a ser removidos, tendo sido orientados no sentido de não mais estenderem ali os seus roçados.

Os pequenos proprietários, por sua vez, clamam pela extinção do GETAT e de seus métodos arbitrários na discriminação de terras efetuada em toda aquela região, postura que, certamente, é

distinta dos latifundiários, "donos do poder" local nos últimos 30 ou 40 anos, exatamente os que se beneficiaram com a atuação dos órgãos governamentais. Os conflitos se acentuaram e predomina um estado de tensão permanente devido, sobretudo, às práticas violentas crescentes de pistoleiros e jagunços contratados por esses latifundiários.

Inúmeras violências vêm sendo praticadas nas vizinhanças da área indígena, como nos foi relatado por um antigo morador da região, Sr. Francisco, em cuja casa pernoitamos, nas proximidades do "Centro Novo" (no dia seguinte, alugou-nos um jeque para o transporte da carga). Ele nos contou o que havia ocorrido com o Sr. Lázaro, comprador de castanha dos pequenos proprietários dali.

No dia 6 de fevereiro - conforme também foi noticiado pela imprensa regional (O Liberal) - o Lázaro havia desaparecido do povoado de São Raimundo (contíguo à área Surui) após ter tido a sua casa invadida por homens fortemente armados. Só no dia 19 do mesmo mês o seu corpo foi encontrado na mata, já em adiantado estado de decomposição, tendo sido então sepultado em São Domingos do Araguaia. Tinha-se notícia, exatamente quando iniciamos nossa viagem, que a "Polícia Federal havia entrado na mata em busca de dezoito pistoleiros contratados pelo Almir Moraes" (sic). No entanto, a dúvida persistia para todos na região: seriam "pistoleiros" ou policiais?

Esse temor estendeu-se, notadamente, também aos Surui. Penetrar na porção do território pleiteada pelo grupo - e, atualmente, coincidente com o palco desses conflitos - era motivo de muita apreensão, como observamos inicialmente. Os "pistoleiros do Almir Moraes" representam o estigma da violência e da arbitrariedade contra os moradores daquela região, em geral pequenos lavra-

dores. Para os Surui, os "pistoleiros" são kamarã (denominação genérica para os "não-índios") punura (termo do dialeto kaiapó que vem a ser "ruim", "mau")⁵. Só a atuação competente do Estado, através de uma política fundiária justa poderá, doravante, garantir aos Surui a ocupação pacífica da porção do território tradicional que lhes foi subtraída com a demarcação equivocada de 1977.

Do "Centro Novo", inclinamo-nos para o leste, rumo à bacia do "Grotão dos Caboclos" - chamado Tietê ("rio verdadeiro") pelos Surui. Estávamos a caminho do "Tracoã", um extenso castanhal e ponto de expedições de caça - uma região por eles denominada Sutiwa ("onde há muitos espinhos"). Junto ao igarapé da Taboquinha havia um grande barracão, onde pernoitamos e inúmeros pés de algodão e de cuias plantados.

No dia seguinte, dirigimo-nos para as proximidades do limite ocidental da área, onde ficamos no barracão do castanhal denominado "Água Preta". Ali, junto a um curral, há também uma quinta com cerca de quatro hectares (para o rebanho bovino e os muares dos Surui), além de oito hectares, aproximadamente, de roças novas de arroz e milho, plantadas em 1984 por empreitada, aos cuidados de Tiremê, que nos acompanhava⁶. Ainda no barracão da "Água Preta" encontramos-nos com sete castanheiros regionais que, desde dezembro de 1984, estavam trabalhando na coleta desta safra, contratados pelos Surui, também através de Tiremê (coordenador das

5 Trata-se do mesmo modo como aprenderam com agentes governamentais a se referir, no início da década de 70, aos guerrilheiros do Araguaia a quem foram levados, pelas Forças Armadas, a combater, mediante a promessa de uma recompensa: a demarcação do território tradicional.

6 Ele observou, posteriormente, que não será possível colher ali nem meia saca (ou seja, 30 kg) de arroz, uma vez que a quantidade de "ALDRIN" empregada "foi grande demais" (*sic*). Trata-se de um inseticida organoclorado (BHC) e altamente tóxico que vem sendo adquirido e usado no PI Sororó com recursos do Convênio.

atividades ligadas à safra).

La "Água Preta" caminhamos até o limite oeste da área, onde o "pique da Funai", como chamam os Surui, seccionou ao meio uma localidade denominada "Aldeinha" (Iôkôkâwa), onde tiveram uma importante aldeia por volta de 1944. Tivemos oportunidade de verificar in loco que a "picada do Almir Moraes" a que os Surui se referem com muita frequência, naquela porção da área, nada mais é do que a picada recentemente (último período de seca, findo em dezembro) aberta pelo GETAT na discriminação de terras promovida na região. Lá estão os seus marcos, a cada 500 metros; e a coincidência é, no mínimo, paradoxal.

As consequências do intenso "inverno" regional - que se estende até abril - eram sensíveis: em certos trechos, caminávamos na mata com as águas acima dos joelhos. Naquelas circunstâncias, seria extremamente penoso alcançarmos, a pé, a foz do rio Ipirahieté (Caracol ou Córrego Boa Sorte) - o ponto 5, no mapa - já no rio Sororozinho ou Itururu, como chamam os Surui. Conforme enfatizava Warini, o reconhecimento daquela área só seria possível, por terra, durante a época da seca (no "verão") ou, senão, por sobrevôo de helicóptero neste período de chuvas fortes.

É exatamente neste trecho, no entanto, onde se encontra a chamada "fazenda Fortaleza" (ou "Fortaleza do Almir Moraes", como dizem os Surui), uma área de 3.600 hectares que vem sendo ocupada por posseiros desde o início de 1981 (trata-se do conflito mencionado à pág. 5). O reconhecimento desta parte do território Surui, todavia, é fundamental para a redefinição precisa do seu limite ocidental, seriamente prejudicado por ocasião da demarcação de 1977. Uma possibilidade de reconstituição seria através de fotografias aéreas disponíveis junto ao Exército, con-

forme nos informou o técnico em agrimensura da Iunai, responsável pela elaboração final do mapa detalhado do território Surui, com seus limites redefinidos, a partir deste levantamento.

Ao mesmo tempo em que nos aproximávamos do território de ocupação tradicional dos Surui, Warini e Sawara'ã chamavam-nos a atenção, durante a caminhada, para a frequência das pegadas de inúmeros animais de caça como porcos do mato, veados e até antas, alimentos por excelência da dieta Surui.⁷ Atravessávamos antigas capoeiras, marcas de velhas roças e da ocupação territorial do grupo. Warini e seu irmão não se cansavam de repetir nomes de rios, precisar até mesmo as curvas de maiores ou menores cursos d'água, mencionar denominações de localidades onde tiveram aldeias, acampamentos de verão (quando, em grupos familiares saem para caçar e pescar, época farta de alimentos) roças, algodoais (em geral, estão separados das roças de milhóe mandioca) e lugares onde nasceram todos os componentes do grupo atual. Foram principalmente as lembranças dos mortos que povoaram a trajetória que percorremos, entrelaçando o presente (e o futuro) à história Surui. Inúmeros cemitérios foram mencionados em todos os lugares por onde passamos. Warini, com humor, trazia à memória até mesmo particularidades daqueles personagens em vida (gestos, modos de caminhar ou até mesmo de comer).

Inúmeros desenhos de Warini, verdadeiros mapas detalhados e feitos, em geral, no chão, elucidavam a localização de an-

⁷ Os animais de grande porte fornecem alimentação para muitas pessoas e, por isso, são muito apreciados, exceto o caitetu.

tigas aldeias (tendo sempre como referência os cursos d'água), localidades de extrema importância para a preservação da memória, da história e para a reprodução da sociedade Surui.

Em direção à foz do Grotão dos Caboclos há um local denominado Tapirâng (ou Itapirâng, "onde as pedras são vermelhas"): lá tiveram aldeia e, sobretudo, estão os depósitos de argila para a confecção de panelas, técnica tradicional das mulheres Surui (que poderá ser recuperada, com a inclusão daquela área, definitivamente, em seu território). Mais adiante, antes do encontro das águas do Grotão com o Itururu (Sororozinho) está um antigo e importante aldeamento, o "Coqueiro", como chamam, área esta que deveria ter sido incorporada ao território, tal como indicavamos desenhos e mapas de Warini, encaminhados à Funai ainda em 1976.

Da "Água Preta" a viagem foi interrompida. Retornamos à aldeia por três dias, pois os componentes do grupo se ressentiam do abastecimento de carne de caça, atividade pela qual são responsáveis os componentes do clã Saopakania (Gavião), cujos dois principais integrantes viajavam conosco (Sawara'á e Warini).

Um outro motivo do retorno foi, além de um descanso, a "festa" na 'Queimada', que seria realizada no domingo, dia 24 de fevereiro. Naquele pequeno aldeamento muito próximo à rodovia OP-2, onde moram duas famílias Surui (15 pessoas), Umasu, homem influente entre o grupo por promover o estreitamento das relações com os kamará, resolvera festejar o "aniversário" de sua primogênita com um grande almoço seguido de uma "brincadeira", como chamam. E todos os componentes da aldeia principal para lá se deslocaram, logo cedo, no domingo.

A mesa farta do almoço oferecido - 10 galinhas, 6 patos, 8 jabotis, um porco doméstico e um cabrito, arroz e farinha em grande quantidade, além de refrigerantes - serviram-se mais de

cem pessoas. Tivemos ocasião de observar o grau acentuado de interação existente entre os Surui e os regionais, moradores dos pequenos povoados vizinhos ao longo da OP-2 (São Raimundo, São Pedro, Açaizal e Saranzal). Muitos deles, inclusive, ali se fixaram definitivamente devido ao fato de os Surui terem, em 1977, prescindido daquela parte de seu território - ver mapa - constituída de antigas capoeiras (e, portanto, sem caça), exatamente em favor dos seus "compadres" das redondezas.

Nas conversas, rumores acerca dos "pistoleiros do Almir Moraes", críticas à atuação do GETAT, lamentos do abandono e da miséria em que vivem os pequenos lavradores daquela região próxima ao baixo Araguaia. Após o almoço, a música do sanfoneiro - e, mais tarde, de um conjunto com instrumentos elétricos - ecoou na região até o amanhecer. No dia seguinte, o restante do pagamento aos músicos: 9 hectolitros de castanha.

No dia 25 de fevereiro retomamos a viagem de reconhecimento dos limites originais a noroeste e ao norte do território. Depois de passarmos pela "Alegria" - um pequeno aldeamento com 5 casas junto a um castanhal - chegamos numa outra "colocação" de castanha, denominada "Bananal", onde formamos um acampamento. Dali nos dirigimos rumo à chamada "capoeira do Braga" - ponto 6, no mapa - forma como os Surui se referem à porção situada a noroeste, compreendida pelas bacias dos rios Patauá e Tapikiwara. Desde o final da década de 50, esta área se encontra em poder do Sr. Antonio Braga, outro chefe político local, morador de Marabá. Há cerca de 40 anos, no entanto, tiveram ali inúmeras aldeias (ver no mapa).

Em todo o percurso efetuado, observamos as estradas abertas no interior da área indígena (e vizinhanças) pelos madeireiros durante o "verão". Apesar dos irrisórios montantes em di-

nheiro pagos, individualmente, a alguns componentes do grupo - que efetuaram as negociações sob grande pressão dos próprios madeireiros e, não raras vezes, com o beneplácito dos representantes locais da Funai - os danos causados à integridade do território Surui foram incalculáveis. Prova disto é a existência de mais de uma dezena de toras de mogno que foram recentemente cortadas e que se encontram abandonadas a cerca de 15 km da atual aldeia principal.

As consequências dos desmatamentos e da ocupação acelerada das vizinhanças da área indígena começam a ser concretamente observadas pelos próprios Surui; Muitos integrantes do grupo manifestam sua surpresa e admiração diante da rapidez com que vem se dando essa ocupação fundiária na região. "Não tinha ninguém, rapaz! ... até o "verão" que passou, quase não tinha kamarã por aqui! era só nós mesmo! Agora ... agora é que 'tão' chegando ...", enfatizava Warini.

Ainda do acampamento do "Bananal" partimos para uma região tradicionalmente ocupada pelos Surui ao norte da área atual e por eles insistentemente reivindicada, o castanhal "Passa Bem", junto ao rio Taurizinho. A nascente deste curso d'água, muito próxima à rodovia OP-2, a nordeste da área - ponto 7 no mapa - deve orientar a redefinição de todo o limite norte do território, confrontante com um propriedade denominada "Oito Barracas", hoje espólio do Sr. Carlos Vitor Holanda. Verificamos, no entanto, que uma reavivitação de picada foi recentemente efetuada naquela porção da área por um dos filhos do falecido proprietário, não obedecendo a demarcação da área indígena feita em 1977, avançando cerca de 500 metros para seu interior.

Conforme a programação desta viagem efetuada também junto à Cia. Vale do Rio Doce (como assessora para o Convênio com a

Funai), havíamos solicitado o transporte de helicóptero para a área do PI Sororó. Deste modo, o apoio de um sobrevôo (por ocasião de nosso retorno à Marabá) poderia dirimir dúvidas quanto à foz do rio Ipirahietê, uma vez que não chegamos até lá (dado o grande volume de águas, conforme explicitado anteriormente). No entanto, não obtivemos o apoio do helicóptero solicitado, devido aos eventos ligados à inauguração da ferrovia de Carajás, exatamente no dia em que retornamos à Marabá (28 fev.).

O veículo que, através da fonia, havíamos solicitado à Ajudância de Marabá para retornar, também não conseguiu alcançar a área do PI Sororó, devido aos atoleiros na rodovia OP-2. Fomos então obrigados a nos deslocar à Marabá em táxi-aéreo. Voltamos a solicitar o apoio do helicóptero da CVRD para a realização do sobrevôo no território Surui, entre os dias 01 e 03 de março. No entanto, também parece não ter sido possível a colaboração, naquela data.

A totalidade da área ocupada pelos Aikewara⁸ até os anos 50 abrangia toda a região que hoje se estende ao longo da rodovia OP-2 em direção nordeste, até uma localidade denominada "Lagoa". Em direção ao sul, até as proximidades das margens do Araguaia, limitando-se a leste pela Serra das Andorinhas e, a oeste, pelo rio Itururu (Sororozinho), descendo pela sua margem direita até compreender a bacia do rio Patauá, a noroeste. Dividiam-se em vários grupos pequenos, como é característico do "modo Tupi" de ocupação territorial, de forma a garantir a subsistência adequada a um sistema de organização social específico.

Do limite mais setentrional - o rio Sororozinho (ou Itururu), os mais velhos do grupo guardam tristes recordações:

⁸ Cabe lembrar que Surui foi uma designação adotada por frei Gil Gomes Leitão, dominicano ligado à Prelazia de Marabá que realizou os primeiros contatos com o grupo, em 1957 (e lhes deu assistência até o início da década de 70).

o incêndio das aldeias, seguidas vezes, e muitas mortes (em tiroteios inclusive), provocados pelos latifundiários que ali procuravam se instalar, no início da exploração da castanha ao sul de Marabá, na década de 40.

A história recente da ocupação territorial dos Surui é, sem dúvida, resultante de um confinamento ocorrido em virtude das inúmeras ações violentas empreendidas contra eles, ao que se aliou o descaso dos muitos agentes tutelares locais e regionais que, nos últimos anos, ali serviram. No decorrer da viagem, foram muitas as referências ao velho morubixawa (chefe político e cerimonial) Muxenã, falecido exatamente por ocasião dos primeiros contatos com os dominicanos, na década de 50. Afinal, eram os lugares por onde ele andara durante toda a sua vida.

Só a recuperação do território de ocupação tradicional vai possibilitar a obtenção de condições favoráveis para a subsistência e sobrevivência dignas do grupo, com o aumento da caça e da produção de castanha, principalmente. A diminuição da caça já é sensível há algum tempo entre os Surui; é necessário ir cada vez mais longe para se encontrar bandos de porcos do mato, por exemplo. E os reflexos desta situação na alimentação e na saúde dos componentes do grupo são, portanto, notáveis.

Os Surui consideram a Funai responsável pela diminuição da área sofrida com a demarcação de 1977, quando os beneficiados foram exatamente os latifundiários vizinhos, privilegiados agora mais uma vez pela atuação do GETAT. Aquela demarcação não fora, todavia, considerada como definitiva pelos Surui. Em inúmeras ocasiões eles encaminharam à Funai pedidos para a revisão do processo de demarcação da área, através de diferentes portadores.

Proc. 1778-82
Fls. 359
Rubrica: <i>Leoni</i>

16.

As reivindicações dizem respeito a porções precisas ao sul, a oeste e ao norte da área atual, como pudemos verificar. Este levantamento foi efetuado no sentido de que a agência tutelar venha, em tempo hábil, promover a restituição aos Surui do território que lhes é devido.

MARÇO/85



MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

- FUNAI -

Proc. 1778-52
Fls. 360
Rubrica: <i>[assinatura]</i>

11 chefe de MIO,
solicitando coações

10/04/85

[Assinatura]

~~SECRETARIA DE INTERIORES~~
~~SECRETARIA DE INTERIORES~~

A secretaria do IPI
Anexo em processo de elaboração
A.S. sobre o funcionamento do sistema
D.D. para o IPI

104-04-85

[Assinatura]

Maria Auxiliadora C. de Sá Leão
Resp. D. D. IPI

673
DID

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

Proc. 1778/82
Fls. 361
Rubrica: <i>[assinatura]</i>

MEMO: 054/DDF/DPI

Brasília, 12.06.85.

Do : Servidor Mário dos Santos Alves.

Ao : Chefe Substituto da DDF.

Assunto: Acréscimo da Área Indígena Sororó.

Conforme Portaria Nº 1831, de 07/02/85, estamos encaminhando ,
um relatório da antropóloga da CVRD Iara Ferraz, uma cópia do memorial descritivo
do acréscimo da Área Indígena Sororó e um croquis demonstrativo do confrontantes
que ficaram dentro do acréscimo pleiteado pelos índios.

Informamos que não foi possível fazer um levantamento fundiário,
devido não ter participado do grupo de trabalho o servidor José Ferreira Campos Junior
e os técnicos do GETAT.

Brasília, 11 de Junho de 1.985.

Mário dos Santos Alves
Mário dos Santos Alves.
Tec. de Agrimensura.

*Conferir, em anexo, o
Setor de DDF, para
o devido fim.*

353, 12/6/85

[assinatura]
M. DID

*A Doc / DPI para anexar ao
processo referente a sumiço sororó e posteriormente à*

em 17-06-85

DID

[assinatura]
Marlo Auxiliadora C. de Sá Leão
Resp. DID/DPI

Apresentamos aqui algumas observações finais que dizem respeito às atividades do GT instituído pela portaria Funai BSB 1981/E de 7.2.85.

As informações referentes à antiguidade de ocupação territorial dos Surui e à necessidade de ampliação da área para a existência digna do grupo encontram-se disponíveis nos processos existentes na Funai sobre a área indígena Sororô.¹ Deste modo, parece-nos desnecessário repeti-las aqui de forma exaustiva. Cabe salientar, no entanto, que em outubro de 1982, ou seja, antes da homologação da demarcação (decreto nº 88648 de 30.8.83) foi emitida a informação nº 397/DID acerca da necessidade de revisão da área demarcada e, para tanto, sugere a constituição de um grupo de trabalho para efetuar o devido levantamento. Todavia, por determinação superior, o parecer não foi levado em consideração, tal como apontaram posteriormente a pesquisadora Therezinha Baumann e o antropólogo Antonio Pereira Neto .

A título de elucidação apresentamos em anexo um mapa (nº 1) que aponta as migrações dos Surui no interior de seu território tradicional. No início do século, em guerra com os Kaiapó, abandonaram aldeias na margem direita do Rio Vermelho, refugiando-se em direção ao rio Sororô. Subindo pela margem direita, alcançaram seu afluente, o Sororzinho, até a confluência com o Grotão dos Caboclos, como ficou conhecido esse curso d'água, por eles chamado Tieté ("rio verdadeiro"). Refugiavam-se dos castanheiros e

¹ Tratam-se dos processos nºs BSB/003638/77, 1778/82 e 1494/82, principalmente.

2.

gateiros (caçadores de peles) que, com violência, penetravam na região a partir dos anos 30.

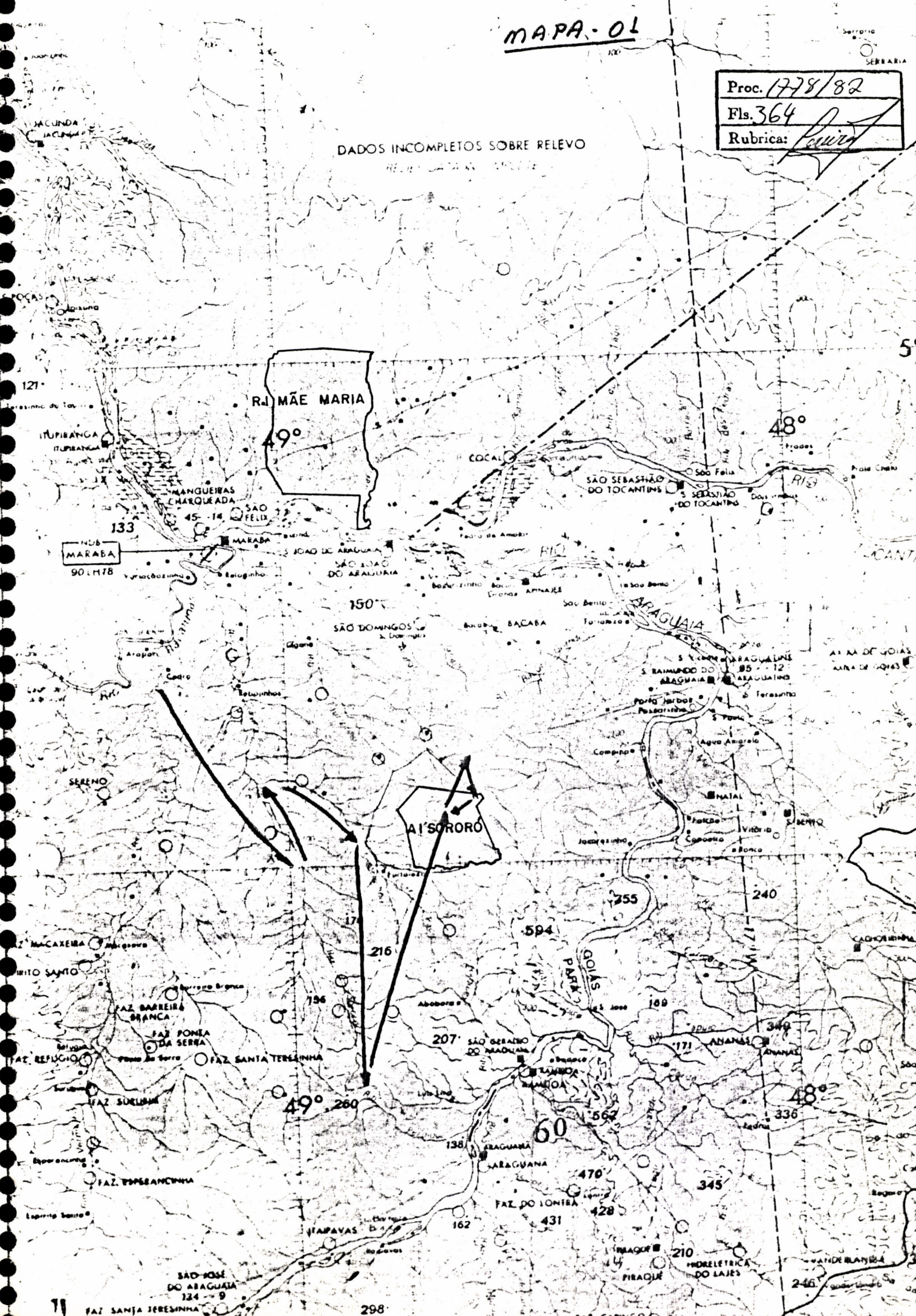
De lá andaram até as proximidades das cabeceiras do Sororô, de onde retornaram, deslocando em direção nordeste. Estiveram temporariamente no local (hoje) da antiga sede do Posto da Funai. Seguiram ainda mais para o norte e formaram a aldeia da Lagoa (hoje um povoado à beira da OP-2). Em seguida, deslocaram-se para a chamada "aldeia do Meio", entre as cabeceiras dos rios Taurizinho e do Grotão dos Caboclos. Eram meados da década de 50.

Retornaram posteriormente para a aldeia junto à antiga sede do Posto da Funai, fundado em 1973. É possível verificar através desse mapa que os Surui forma sendo confinados no território que, desde tempos imemoriais, sempre ocuparam. De acordo com os processos consultados, em diversas ocasiões foram registrados os equívocos havidos quanto à interpretação das cartas utilizadas para a demarcação da área indígena Sororô, cuja posse pelos Surui antecedeu de muito a expedição de títulos de aforamento obtidos pelos pretensos "proprietários" vizinhos (que agora tentam transformá-los em títulos definitivos de propriedade junto ao GETAT).

O outro mapa em anexo (nº 2) contém informações sobre as localizações das áreas de caça e dos castanhais existentes, principalmente na porção subtraída com a demarcação de 1977. Foram também assinaladas as inúmeras aldeias antigas (e cemitérios), além dos muitos acampamentos temporários que atestam a antiguidade de ocupação da área pelos Surui. Nas vizinhanças, estão assinaladas as "propriedades" pretendidas pelos antigos invasores, a ocupação recente pelos posseiros ao sul e a rodovia OP-2, a leste, com os povoados mais próximos à área indígena.

Proc. 1778/82
Fls. 364
Rubrica: *Leite*

DADOS INCOMPLETOS SOBRE RELEVO



MÃE MARIA
49°

AI'SORORO

MARABÁ
901M78

SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS

ARAGUAIA

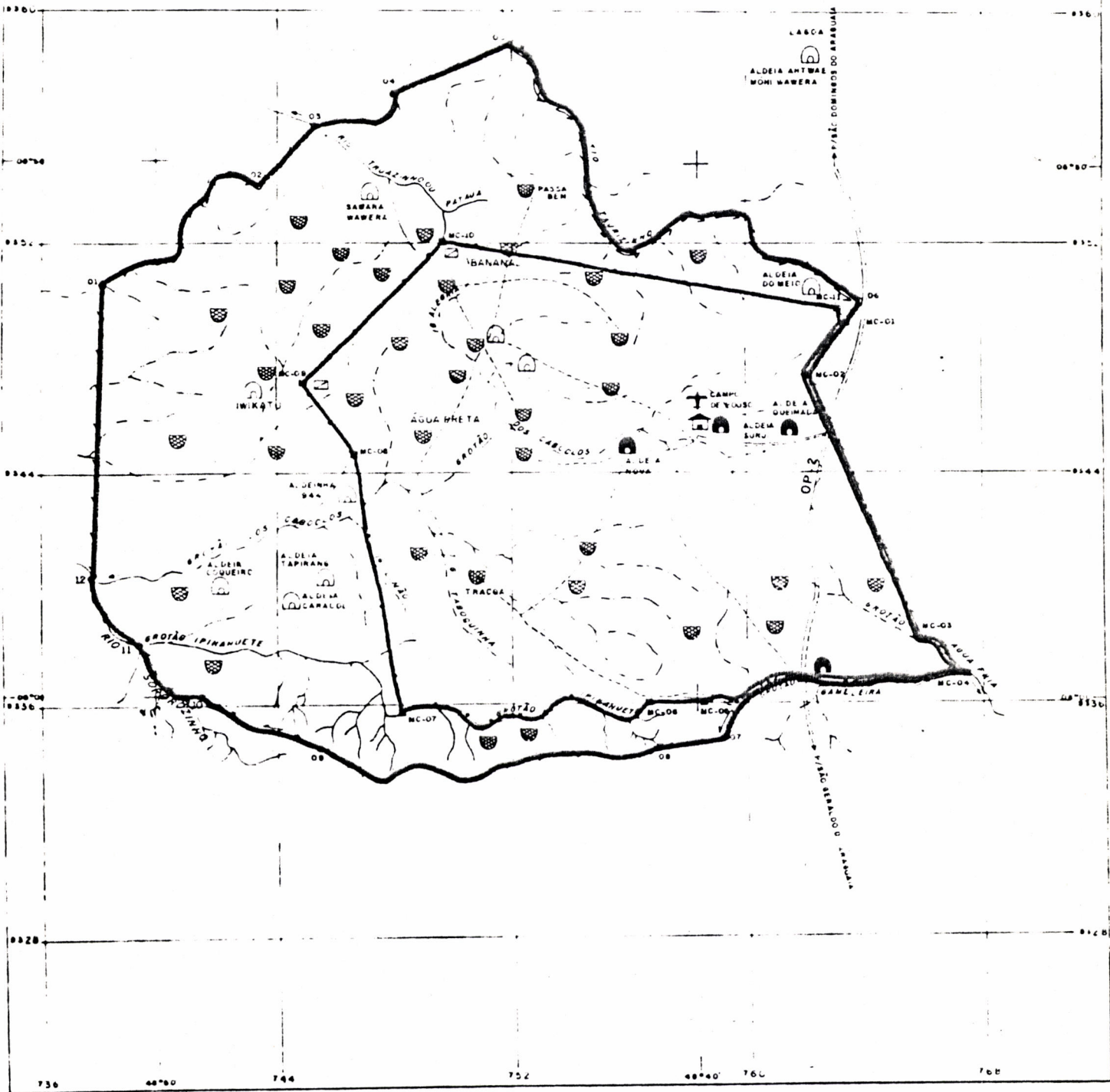
GOIAS
PARQUE

SÃO JOSÉ DO ARAGUAIA
124-9

Proc. 1778/82

Fls. 365

Rubrica: *[Signature]*



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDIGENA DEMARCADA - 26.257.8956
- POSTO INDIGENA
- ALDEIA INDIGENA
- ALDEIA INDIGENA ABANDONADA/ACAMPAMENTO
- CURSO D'AGUA PERMANENTE E INTERMITENTE
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SOLTÓ
- PLACA INDICATIVA E MARCO DE DIVISA
- CAMINHO
- PONTO DE FIDOR DE LIMITE E DIREÇÃO DE CORRENTE
- ÁREA DE ACRESCIMTO - 24.022.1044
- COLETA DE CASTANHA

		MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDIGENA - DPI	
		DENOMINAÇÃO ÁREA INDIGENA SORORO	
MUNICÍPIO SÃO JOÃO DO ARAGUAIA		DEMARCAÇÃO	
PARA		ÁREA 50 280 Ha	PERÍMETRO 101 Km
Nº 29 DR		ESCALA 1:200000	DATA 22/08/86
Nº 29 DR		PROCESSO Nº FUNAI/858-2152/77	
RESPONSÁVEL <i>[Signature]</i> MARIA APARECIDA DE MOURA		COMISSÃO EQUIPES DAS GARANTES GREA 80/78-100 RES	LOCAL SERVIÇO DE CAMPOS CHEFE LA 117
DATA 22/08/86		PLANTILHA TUA	

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

ANEXO À PORTARIA Nº

Proc. 1778/82
Fls. 366
Rubrica: *[assinatura]*

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA SORORÓ

ALDEIAS INTEGRANTES

NOVA, QUEIMADA, SURUI

GRUPOS INDÍGENAS

SURUI

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO IXO ARAGUAIA

ESTADO PARÁ

UNIDADE REGIONAL DA FUNAI: 2ª DR.

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	05°47'44" S	48°43'33" Wgr.
LESTE	05°59'32" S	48°55'06" Wgr.
SUL	06°01'44" S	48°45'41" Wgr.
OESTE	05°57'44" S	48°51'12" Wgr.

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MI- 951 - 1028	1:100.000	DSG/FIBGE	1982/1978

DIMENSÕES

ÁREA: 50.280 ha. aproximadamente.

PERÍMETRO: 101 Km. aproximadamente.

ÁREA CINQUENTA MIL, DUZENTOS E OITENTA HECTARES APROXIMADAMENTE.

[assinatura]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

ÁREA INDÍGENA SORORÓ
ANEXO

Proc. 1778/82

Fls. 367

Rubrica: *[assinatura]*

NORTE: Partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}52'19''S$ e $48^{\circ}51'02''Wgr.$, situado na confluência de dois igarapês sem denominação; daí, segue pelo igarapé da direita, sentido montante, até o ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}50'27''S$ e $48^{\circ}48'07''Wgr.$, situado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de $41^{\circ}59'14''$ com distância aproximada 2.690,73 metros, até o ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}49'22''S$ e $48^{\circ}47'08''Wgr.$, situado na Foz de um igarapé sem denominação no Rio Patuá ou Truazinho; daí, segue pelo igarapé sem denominação, sentido montante, até o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}48'43''S$ e $48^{\circ}45'38''Wgr.$, situado na cabeceira do citado igarapé; daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de $64^{\circ}56'33''$ com distância aproximada 4.250,00 metros, até o ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}47'43''S$ e $48^{\circ}43'33''Wgr.$, situado na foz de um igarapé sem denominação no Rio Taurizinho; daí segue pelo citado Rio, sentido montante, até o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas $05^{\circ}52'28''S$ e $48^{\circ}37'03''Wgr.$, situado na cabeceira do citado igarapé e próximo da Rodovia OP-2,

LESTE: Daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado $201^{\circ}01'00''$ com distância aproximada 678,75 metros, até o Marco 01, de coordenadas geográficas $05^{\circ}52'49''S$ e $48^{\circ}37'11''Wgr.$; daí, segue por uma linha reta com azimute de $212^{\circ}24'42''$ com distância de 2.341,40 metros, até o Marco 02, de coordenadas geográficas $05^{\circ}53'53''S$ e $48^{\circ}37'52''Wgr.$; daí, segue por uma linha reta com azimute de $157^{\circ}20'14''$ com distância de 9.837,16 metros, até o Marco 03, de coordenadas geográficas $05^{\circ}58'48''S$ e $48^{\circ}35'46''Wgr.$, situado na margem esquerda do Grotão Água Fria; daí, segue pelo citado Grotão, sentido jusante, até o Marco 04, de coordenadas geográficas $05^{\circ}59'52''S$ e $48^{\circ}35'06''Wgr.$, situado na Foz do Grotão Gameleira no Grotão Água Fria,

SUL: Daí, segue pelo citado Grotão, sentido montante, até o ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas $06^{\circ}00'47''S$ e $48^{\circ}39'27''Wgr.$, situado na cabeceira do citado Grotão; daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de $262^{\circ}03'24''$ com distância aproximada de 2.170,83 metros, até o ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas $06^{\circ}00'57''S$ e $48^{\circ}40'37''Wgr.$, situado na cabeceira do Grotão Ipirahuete; daí, segue pelo divisor de Águas do citado igarapé com o Córrego Pacu, até o ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas $06^{\circ}00'47''S$ e $48^{\circ}47'25''Wgr.$, situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue pelo citado igarapé, sentido jusante,

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO
ÁREA INDÍGENA SORORÓ
ANEXO

até o ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 05°59'41"S e 48°49'58"Wgr., situado na Foz do citado igarapé com o Rio Sororozinho,

OESTE: Daí, segue pelo citado Rio sentido jusante, até o ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 05°58'59"S e 48°50'21"Wgr., situado na Foz do Grotão Ipirauhete no citado Rio; daí, segue pelo citado Rio, sentido jusante, até o ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 05°57'44"S e 48°51'12"Wgr., situado na Foz do Grotão dos caboclos no citado Rio; daí, segue por uma linha reta com azimute aproximado de 326°01'24" com distância aproximada 2.773,54 metros, até o ponto 01, ponto inicial da descrição deste perímetro.

OBS: Área Demarcada : 26.257,8956 Ha.
Área do Acréscimo: 24.022,1044 Ha.

Proc. 1778/82
Fls. 368
Rubrica: <i>[Assinatura]</i>

DATA: BRASÍLIA 04.06.85.	TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA DEFINIÇÃO DOS LIMITES: _____	TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA IDENTIFICAÇÃO DOS LIMITES: <i>Mário dos S. Alves</i> MÁRIO DOS S. ALVES Tec. Agrim. DDE/DPI.-	VISTO: _____
--------------------------------	---	--	-----------------



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

PROC. N. 1773/82
FLS. 370
SUBRICA Arquivos

A socióloga Tina Barreira
para analisar documentos do
GT 88/18/85 e paralelamente elaborar
memória

em 18.06.85

Marla Auxiliadora C. de Sá Leão
Resp. D'D/DPI

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. Nº 1208/82
FLS. 271
MURICIA Albuquerque

INFORMAÇÃO Nº 126 /DID/DPI/85.

Ref.: Proc. FUNAI/BSB/1778/82.

Serhora Chefe da DID,

No processo acima referido que trata da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sororó, grupo indígena Suruí, localizada no Município de São João do Araguaia - Estado do Pará, estão contidos vários relatórios e pareceres antropológicos sobre a imemorialidade e propostas da área Suruí.

A portaria 931/P de 12/11/76 - FUNAI, constitui subgrupo de trabalho para levantar o habitat dos índios Suruí com relação à área interditada pelo Decreto nº 63.367/68.

Os limites descritos no referido Decreto, deixaram margem a dúvidas quanto ao Território Suruí, deixando de fora várias áreas importantes para os índios, daí a necessidade da constituição do GT para analisar a real localização desses limites.

Entretanto, após feitura do relatório do GT, fls. 56 a 65 do referido processo, apresentando área de aproximadamente 23.000 ha, com respectivos mapa e memorial descritivo, iniciou-se a demarcação em 1977, que foi embargada pelos índios por não concordarem com os limites propostos.

Para resolver o impasse, volta à área o GT que a identificou, e após acréscimos, a área é demarcada em 1978 com 26.257 ha de superfície.

Em 1982, o Dr. João P. Botelho da Escola Paulista de Medicina, envia carta à FUNAI, solicitando revisão da demarcação da área Sororó, em virtude da mesma ter excluído importantes áreas imemorais. A área a ser acrescida a já demarcada, seria de 40.000 ha; a FUNAI emite parecer sobre a carta sugerindo a criação de um GT para estudar o acréscimo solicitado.

Em 1983 a área indígena Sororó foi homologada sem o acréscimo solicitado pelos índios, que através dos diversos técnicos que chegam à área manifestam seu descontentamento, como atestam os diversos relatórios constantes do processo. Em 1985 a FUNAI constitui GT para redefinição da área Sororó, do qual faz parte a antropóloga Iara Ferraz, de acordo com a

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

PROC. N.º 522077
FLS. 377
RUBRICA 11/11/85

portaria FUNAI/BSB/1831 de 07.02.85.

De acordo com o trabalho desta antropóloga, realizado junto a comunidade indígena Suruí a área demarcada foi acrescida de 24.022, 1044 ha com áreas consideradas de importância vital para os Suruí, tanto do ponto de vista econômico quanto social, fazendo parte do território imemorial daqueles índios, áreas estas que haviam ficado fora daquela demarcada. A área total com acréscimo do Território Suruí, fica portanto com um perímetro aproximado de 50.280 ha.

Consideramos que do ponto de vista antropológico, o processo em tela preenche os requisitos para análise do GT interministerial, de acordo com o Dec. 88.118.

Entretanto, o levantamento fundiário, também exigido pelo referido Decreto, não foi realizado. Segundo relatório do Téc. de Agrimensura da FUNAI, Mário dos Santos, isto se deu por não terem participado dos trabalhos de campo, conforme o estipulado na portaria FUNAI/BSB/1831 de 07.02.85, dois técnicos, um da FUNAI e outro do GETAT.

Sugerimos portanto, que sejam tomadas as providências cabíveis, no sentido de ser realizado o levantamento fundiário daquela área o mais breve possível, colocando o processo da área Suruí nas condições exigidas pelo Dec. 88.118.

DID, 28-06-85

Sandra B. de S. P. Barretos
SOCIÓLOGA

DID/DPI/LB/Jjrs.

De acordo com o trabalho realizado...
...de áreas vitais a D e B... e... e...
A conclusão de que as áreas vitais e pontos de vista...
antropológico é necessário e sugerimos... para... pelo...
... sugerimos... de... e... e...
... do levantamento fundiário para... de GT
em 1.02.85

Maria Auxiliadora C. de Sá Leão
Resp. DID/DPI



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
- FUNAI -

PROB. N.º	1719/82
FLS.	373
RUBRICA	<i>cbm</i>

02/07/01

[Assinatura]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

ÁREA INDÍGENA: SORORÓ
GRUPO INDÍGENA: SURUÍ
POPULAÇÃO:
LÍDER(ES):
UNIDADE FEDERATIVA: PARÁ
MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

ASSUNTO:

Proc. FUNAI/BSB/1778/82

MEMÓRIA

Os índios Suruí, tronco linguístico Tupi, que se autodenominam Aikewara, ocupavam até os anos 50 uma área que abrangia a região que hoje se estende ao longo da rodovia PO-2 em direção nordeste, até uma localidade denominada "Lagoa". Em direção ao Sul, até as proximidades das margens do Araguaia, limitando-se a leste pela Serra das Andorinhas e, a oeste, pelo rio Itururu (So rorozinho), descendo pela sua margem direita até compreender a bacia do Rio Patana, a noroeste.

Dividiam-se em vários grupos pequenos, como é característico do "modo Tupi" de ocupação territorial de forma a garantir a subsistência adequada a um sistema de organização social específico.

A exploração do caucho, castanha e peles de animais trouxe consigo, muita violência para os Suruí, obrigando-os a abandonarem seus antigos locais de moradia, como fica claro no relatório de Iara Ferraz: "A história recente da ocupação territorial dos Suruí é sem dúvida, resultante de um confinamento ocorrido em virtude das inúmeras ações violentas empreendidas contra eles...".

Cronologia documentada da Luta pela Terra dos Suruí:

- 08/10/69 - Decreto 63.367/68 interdita área de 5.000 ha.
- 1969 - Frei Gil Gomes sugere acrescentar 1.600 ha a área interdita.
- 1976 - GT composto FUNAI/RADAM apresenta relatório com proposta de área com aproximadamente 25.000 ha.
- 1976 - GT constituído/portaria 93/P de 04/11/76 apresenta área de aproximadamente 23.000 ha.
- 11/08/77 - São designados 2 servidores para examinar problemas levantados pelos índios com relação aos limites da referida área.

BRASÍLIA, D.F. : 28/06/85

ELABORADO

Lina Sandra B. de S. P. Barreiros
SOCIOLOGA

APROVADO

DL MAR - (DOP/OP1)

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

ÁREA INDÍGENA:
 GRUPO INDÍGENA:
 POPULAÇÃO:
 LÍDER(ES):
 UNIDADE FEDERATIVA:
 MUNICÍPIO:

ASSUNTO:

MEMÓRIA

- 1978 - Dá-se por definida a área Sororó, após demarcação, com 26.257 ha.
- 14/08/82 - Carta do Sr. João P. Botelho é anexada ao processo, rei vindicando em nome dos Suruí, aproximadamente 40.000 ha a serem acrescidos à área Sororó demarcada.
- 01/10/82 - Parecer da socióloga Márcia Helena que analisou a carta acima referida e sugere a formação de um GT para estudar o acréscimo solicitado.
- 31/08/83 - É homologada a área demarcada em 1977 sem o acréscimo solicitado pelos índios.
- 08/84 - Relatório de viagem de Terezinha Baumann, solicitando um GT para analisar o acréscimo da área demarcada.
- 07/02/85 - Portaria do Presidente da FUNAI constituindo GT para redefinição dos limites da área Sororó e levantamento fundiário, com a participação da antropóloga Iara Ferraz da CVRD.
- 03/85 - Relatório da antropóloga Iara Ferraz apresentando uma proposta de área dos índios Suruí, com aproximadamente 50.280 ha.

Situação atual dos Suruí:

A redução da área Sororó trouxe muitos prejuízos para os índios, pois uma grande parte dos castanhais lhes foi subtraída reduzindo assim sua principal fonte de renda, pois os desmatamentos e a ocupação acelerada da área diminuíram muito a caça e a pesca impedindo assim a subsistência do grupo pela forma tradicional.

Como consequência imediata disto o grupo teve que lançar

BRASÍLIA, D.F. : 28/06/85

[Assinatura]
ELABORADO

APROVADO

Lina Sandra de S. J. Barros
2006/05

SILVAS - (DPI/DPI)

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI

ÁREA INDÍGENA:
 GRUPO INDÍGENA:
 POPULAÇÃO:
 LÍDER(ES):
 UNIDADE FEDERATIVA:
 MUNICÍPIO:

ASSUNTO:

MEMÓRIA

mão de outros recursos para satisfazer suas necessidades básicas. A venda de ma
 deira foi um dos recursos encontrados, incrementada pelas pressões exercidas pe
 las madeireiras da região, que além de provocarem uma devastação muito grande do
 patrimônio indígena, ainda pagam preços irrisórios pela madeira.

O processo que trata da identificação e delimitação da
 área Sororó, necessita apenas do levantamento fundiário para ser apreciado pelo
 GT interministerial de que trata o Dec. 88.118.

BRASÍLIA, D.F. : 28/06/85

ELABORADO
Dina Sandra B. de S. P. Danchon
 SOCIOLOGA

APROVADO